FELIZMENTE JUSTIFICADOS!

por

Rev. Roger L. Smalling, D.Min.

Tradução de
Francisco Moura da Silva

©Miami, Junho 2007 Todos os direitos reservados por Roger Smalling.

Sobre o autor

O doutor Roger Smalling e sua esposa Dianne têm trabalhado no ministério na Europa e América Latina desde 1964. Suas experiências no estabelecimento de igrejas e preparação de líderes em países católicos lhes convenceram da necessidade de boa literatura que exponha o evangelho com profundidade e precisão teológica.

O doutor Smalling é o diretor e fundador de Visión **R.E.A.L**, ramo hispano-americano da missão Ministérios em Ação. Este título é um acrônimo em espanhol de "**R**eforma **E**n **A**mérica **L**atina" e se ocupa de estabelecer e supervisar os centros de preparação de líderes da região de fala hispânica e distribuição de literatura pertinente a esta visão.

Seus livros são distribuídos na América Latina através da página eletrônica na Internet. Seus ensaios e estudos são um recurso valioso para muitos. E estão disponíveis em: www.Smallings.com.

O doutor Smalling foi ordenado ao ministério pela Igreja Presbiteriana das Américas, um ramo teologicamente conservador do movimento da Reforma Protestante do século XVI.

"Sinceramente, não entendo como alguém possa dizer: 'Creio que a Bíblia é a Palavra de Deus' sem sentir paixão por tal confissão. Amo a Trindade, a Justificação pela Fé, a Ressurreição e a Sola Escriptura. Não posso ser indiferente com estas coisas e, como tal, respaldo estritamente esta declaração: Para começar, os eruditos cristãos que sintam pouca paixão com a verdade não merecem o nome de crentes. Se a indiferença e o desapego são atributos indispensáveis da erudição, não a procuro. Não posso entender uma fé seca, uma confissão árida nem uma simples aprovação mental".

-James White, de Scripture Alone, p. 10.

CONTEÚDO

Capítulo 1: Agora vamos desfrutar!

Capítulo 2: A palavra "justificar"

Capítulo 3: A imputação

Capítulo 4: A Justiça de Cristo

Capítulo 5: A fé que justifica

Capítulo 6: O que a fé é e não é

Capítulo 7: Os benefícios

Capítulo 8: A doutrina católica romana da justificação

Capítulo 9: Alimentando-se de sombras: O lado escuro na fé reformada

Capítulo 10: Deixe de chamar-se pecador

Conclusão

Apêndice A: Easton sobre imputação

Apêndice B: Buchanan sobre justificação

Glossário

Bibliografia

Notas finais

Capítulo 1

Agora vamos desfrutar!

O apóstolo Paulo não era nenhum teólogo de intelecto frio que ditava conferências de temas teológicos abstratos. Ainda que a justificação não é um sentimento, senão um decreto; deveria causar-nos um impacto emotivo. É totalmente lícito sentir grande emoção, inclusive, a ponto de exultar-nos, ao pensar nela. Portanto, a justificação deve ter um impacto emotivo.

> *Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo.*
> Romanos 5:1

Que apropiado que Paulo mencionara primeiro a paz! já não estamos em guerra com Deus, nem nos ameaça sua ira. Podemos sentir a segurança que Ele nunca mudará seu veredito de "não culpado."

Adeus, pois, a uma esperança baseada em nossa própria retidão. Adeus também ao pensamento que nossa aceitação se fundamenta em nossa conduta.

No entanto, uma boa maneira de desfrutar da nossa justificação é contemplando sua permanência. Esta permanência é nosso "estado de graça."

Em Romanos 5:2 Paulo afirma:

> *por intermédio de quem obtivemos igualmente acesso, pela fé, a esta graça na qual estamos firmes; e gloriamo-nos na esperança da glória de Deus.*

Firmes. Uma vez justificados, estamos firmes na graça... agora (tempo presente contínuo.) O estado de graça do cristão justificado pela fé, nunca muda. Isto é certo também para os cristãos fracos e os novos, *porque o Senhor é poderoso para o suster.*(Romanos 14:4).

Não é de admirar-se então que Martinho Lutero disse que a justificação é o artigo no qual a Igreja se afirma ou cai.[i] Isto justifica, perdão pela redundância, o porquê dedicarmos um manual completo à justificação.

Enquanto que outras doutrinas-chaves iluminam a graça salvadora, a justificação pela fé constitui a mensagem própria do evangelho.

A justificação ocupa um alto posto na lista de verdades pelas quais vale a pena viver ou morrer, pois nela se encontra a resposta à pergunta: Como podem os pecadores reconciliar-se com um Deus Santo sem o temor de Seu juízo?

Já se mencionou em *SÓ, JESUS* que a justificação pela fé foi, com todo direito, o grito de batalha da Reforma protestante, cujos os líderes eram fiéis ministros que desejavam a salvação das pessoas, incluindo eles mesmos. Que tremendo golpe deve ter sido descobrir que, por séculos, Roma enganou a milhões, fazendo-lhes crer numa mensagem de "salvação" que não salvava a ninguém!

O zelo reformista foi totalmente justificado, ainda que sob os parâmetros modernos onde tudo se tolera —inclusive o pecado—, pareceria exagerado. Se analisarmos bem, essa paixão vinha diretamente de seu predecessor, o apóstolo Paulo.

Paulo era, geralmente, de trato agradável. Suas cartas assim o demonstram, pois nelas se pode ver desde sua paternal ternura para com os tessalonicenses, até sua vontade de viver ou morrer entre os caprichosos coríntios. A sensibilidade de Paulo era totalmente genuína. No entanto, o ouvíamos clamando anátemas sobre os que *querem perverter o evangelho de Cristo* (Gálatas 1:7).

Várias passagens em Gálatas e Romanos revelam que quando Paulo usava o termo *evangelho* se referia à justificação pela fé. Para o apóstolo, outras definições do evangelho não são o evangelho completo *Admira-me que estejais passando tão depressa daquele que vos chamou na graça de Cristo para outro evangelho, o qual não é outro...(Gálatas 1:6-7).*Considerava qualquer alteração de seu ensinamento, simplesmente, como uma apostasia.

Para Paulo, o termo "justificado" é virtualmente sinônimo de "salvo."

> *Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira.*
>
> *Romanos 5:9*

Porque com o coração se crê para justiça e com a boca se confessa a respeito da salvação.
Romanos 10:10

Podemos perceber a tolerância de Paulo em assuntos de menor transcendência, como no capítulo 14 de Romanos. Contudo é inflexível, na definição do evangelho, que em Romanos o denomina *poder de Deus para a salvação (Rom 1:16)*. O que acontece quando se perverte a mensagem? Perde seu "poder de salvação"! Daí, se justifica totalmente sua paixão por defendê-lo.

Sproul nos pergunta retoricamente...

Requer a fé salvadora uma confiança absoluta na justiça de Cristo, como base de nossa justificação? Ou pode uma pessoa ter um ponto de vista diferente acerca do evangelho e ser visto como um cristão? [ii]

Quando se perverte o evangelho, se golpeia o próprio coração da justiça absoluta de Cristo. Quando se dá ao ser humano a gloria, que somente pertence a Deus, destrói-se a base de sua própria salvação.

Isto é o que Roma tem feito a milhões de pessoas. Os séculos não mudaram a perversão feita por Roma à doutrina da justificação, apesar do Vaticano II, ou do movimento ecumênico. Tem que se dizer isto, e agora mais que nunca.

Inclusive entre os evangélicos há entendimentos errôneos acerca da justificação, que, apesar de não chegar a comprometer o próprio evangelho, afetam a imagem de Deus, a nossa própria imagem e também os princípios da vida cristã.

Por conseguinte, neste estudo, examinaremos a Justificação com maior profundidade, considerando algumas perguntas tais como:

A. Que significa exatamente o termo "justificar"?
B. Qual é a diferença entre a fé salvadora e qualquer outro tipo de fé?
C. Que se entende por justiça de Cristo? Tem uma espécie de essência espiritual infundida dentro da nossa alma?
D. Que significa imputação?
E. Quais são os benefícios objetivos e subjetivos?

Logo compararemos o ensinamento bíblico da justificação com o catolicismo. Ao fazê-lo, não queremos parecer duros ou implacáveis, senão demonstrar as conseqüências devastadoras dos erros.

Defini-los não é nenhuma argúcia teológica. Como as portas da história, a teologia também tem suas pequenas dobradiças. Tal como certos pequenos eventos podem gerar grandes impactos no decorrer dos tempos, também os pequenos erros podem gerar heresias.

Faz pouco tempo que um amigo cristão se lamentava dizendo: Por que não podemos manter as coisas simples como são? Por que temos que complicar tudo? A resposta bem que poderia ser: Não somos nós que temos complicado o assunto. São nossos inimigos que têm complicado o evangelho simples com suas adições não bíblicas. Os bons teólogos sabem como desmascarar os erros e tonar a reluzir o evangelho simples como na verdade o é. Não obstante, esta pode ser uma tarefa complexa.

Esclareçamos um possível mal-entendido: quando sustentamos que a justificação pela fé é o evangelho mesmo, não queremos dizer que todos devem entender a doutrina da justificação para ser salvos. A maioria dos sermões, que pregaram os evangelistas do livro dos Atos dos Apóstolos, recalcava o perdão de pecados através de Cristo.

Essa pregação é, com efeito, a doutrina da justificação em sua forma mais simples. Ao dizer: "Se você crê no Senhor Jesus Cristo, Deus perdoará todos seus pecados e lhe dará a vida eterna", estamos pregando a justificação pela fé. Paulo usou o termo *justificar* quando pregou para as pessoas que compreenderam o conceito, como na sinagoga em Antioquia (Atos 13:39).

Mediante este estudo, veremos porque a paixão de Paulo o levou a escrever as longas epístolas sobre a justificação. Também descobriremos porque os reformadores estavam dispostos a serem queimados por defender esta doutrina. Seremos animados a pregar o evangelho com uma convicção muito mais forte, sabendo que o resultado final é, sem dúvida, o que diz Romanos 8:30: *aos que justificou, a esses também glorificou*.

Resumo

A principal razão pela qual a justificação pela fé requer especial atenção e enfoque é porque ela é a que define o evangelho, cujo significado tem sido destorcido através da história. Portanto, o estudo desta doutrina ajuda-nos a estabelecer as diferenças entre o verdadeiro evangelho e os falsos.

Deste capítulo aprendemos

1. A justificação pela fé somente é o evangelho bíblico.
2. Vários movimentos têm distorcido o evangelho a ponto de torná-lo irreconhecível.
3. Não podemos ceder nesta doutrina, precisamente porque é o evangelho de Cristo. O apóstolo Paulo e os reformadores deram-nos exemplo de firme compromisso com a doutrina verdadeira.

PERGUNTAS DE ESTUDO

1. Explique por que é necessário uma análise profunda da doutrina da justificação pela fé.

2. Explique por que Paulo, em Gálatas capítulo um, pensou que era apropriado declarar anátema quem não estava de acordo com a correta definição do evangelho.

Capítulo 2

A palavra "justificar"

A justificação é a declaração legal de Deus de que uma pessoa é justa de acordo com Sua lei, sendo seu fundamento a justiça perfeita de Cristo, imputada ao crente, pela fé somente.

Esta definição contém as palavras-chaves: *Justificar, imputar, justiça e fé.* Mostrando como a Bíblia usa estas palavras, nós provaremos que a definição acima é a única correta. Mostraremos também como os erros, ao definir equivocadamente estas palavras, conduzem a uma distorção do evangelho.

A primeira palavra que nós analisaremos é *justificar.* Antes disto, faremos uma revisão breve dos elementos dos princípios já estudados em "*Só Jesus!*" (o estudante deve ter lido o livro Só Jesus!. Se não o leu, deve fazê-lo agora).

Os elementos da justificação: Romanos 4

A. O perdão dos pecados (Romanos 4:7).

B. A imputação da justiça de Cristo (Romanos 4:4).

Packer esclarece estes dois elementos:

> *A justificação tem duas caras: por um lado significa o perdão, a remissão e a não imputação de todos os pecados; reconciliação com Deus e o fim de sua ira e inimizade (Atos 13:39; Romanos 4:6-7; 2 Coríntios 5:19; Romanos 5:9); por outro lado, também se refere ao novo status de justo que adquire a pessoa, o qual, além disso, favorece a todas as bênçãos que são promessas de Deus aos justos. Este pensamento é ampliado por Paulo, quando une a justificação com a adoção dos crentes, que passam a ser filhos e herdeiros de Deus (Romanos 8:14; Gálatas 4:4).*[iii]

Os pilares da justificação

A. A justificação é baseada no pacto de Deus com Abraão e é inseparável deste (Gálatas 3:8,29).

B. Deus requer que a justiça da lei se cumpra em cada crente (Romanos 8:4).

C. Cristo é nosso substituto diante da lei de Deus (Gálatas 4:4-5).

D. A justiça de Cristo, recebida sob a lei, é imputada ao crente por meio da fé (Romanos 4:22).

E. A justificação é permanente.

Terminologia: Justificar

Se perguntasse aos cristãos qual a definição da palavra *justificação*, a maioria diria: "Ser **feito** justo". Incorreto, pois o significado é: "ser **declarado** justo", ou "vindicado".

Numa aula de teologia, um estudante fez uma observação dizendo que isso era ser muito detalhista, pois quase não há diferença alguma. Outra vez incorreto, pois esse "detalhe" é que marca a diferença entre católicos e protestantes. Também distingue entre reformados e arminianos. Não se trata de detalhes. O verbo grego para a palavra "*justificar*" é *dikaioo.* E está relacionada com o vocábulo *justiça,* que é *dikaiosyne.*

No estudo da Bíblia, um termo toma seu significado do contexto e do seu uso habitual através de toda a Bíblia. Em regra geral, o contexto tem a prioridade, e se existe uma dúvida acerca dele, se toma o uso habitual para determinar o significado dentro dum versículo específico. Assim é como se procede com os termos numa investigação doutrinal. Quando finalizarmos o estudo terminológico de *dikaioo*, veremos claramente porque se usa a frase *declarados* justos, e não *feitos* justos.

Nos seguintes exemplos se destacarão as palavras que traduzem o verbo grego *dikaioo*:

> *Evidentemente, grande é o mistério da piedade: Aquele que foi manifestado na carne foi justificado em espírito,...*(1 Timóteo 3:16).

O texto se refere a Cristo. A encarnação foi sua manifestação física. Ser justificado pelo Espírito se refere provavelmente a sua ressurreição. De qualquer maneira, o Espírito não justificou Cristo, pois Ele já era justo, sendo Deus encarnado. O testemunho do Espírito através da ressurreição e

dos milagres de Jesus, justificou ou vindicou que este era Quem afirmava ser.

> *porque, pelas tuas palavras, serás justificado e, pelas tuas palavras, serás condenado.*
> Mateus 12:37

Neste caso, ***dikaioo*** contrasta com condenação, portanto significa "absolvição".

> *De maneira nenhuma! Seja Deus verdadeiro, e mentiroso, todo homem, segundo está escrito: Para seres justificado nas tuas palavras e venhas a vencer quando fores julgado.*
> Romanos 3:4

Este versículo refuta a acusação de que Deus não cumpre suas promessas. Paulo esclarece que o homem não respeitou as condições dadas por Deus, portanto perdeu os beneficios prometidos. Deus não se *faz* justo por suas próprias palavras: Deus *é* justo. A corrupção do homem *vindica* que o juízo de Deus é justo.

> *E todo o povo que o ouviu e os publicanos, tendo sido batizados com o batismo de João, justificaram a Deus.(RC).*
> Lucas 7:29

O versículo diz *justificaram a Deus*. O povo não "fez Deus justo". Só reconheceram que Deus *é* justo.

> *Mas a sabedoria é justificada por todos os seus filhos..*
> Lucas 7:35

A sabedoria não é "feita justa," senão que se mostra assim pelos resultados.

> *tendo em vista a manifestação da sua justiça no tempo presente, para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus.*
> Romanos 3:26

Aqui emprega o substantivo ***dikaios***, que significa um justo ou pessoa justa. A palavra ***Ele***, se refere a Deus que conseguiu a redenção de maneira justa, não que Deus se fez justo.

A seguir, vejamos alguns textos da Septuaginta,[iv] sem comentário:

Quando houver contenda entre alguns, e vierem a juízo para que os juízes os julguem, ao justo justificarão e ao injusto condenarão.(RC).
Deuteronômio 25:1

*De palavras de falsidade te afastarás e não matarás o inocente e o justo; porque não **justificarei** o ímpio.*
Êxodo 23:7

ouve tu nos céus, e age, e julga teus servos, condenando o perverso, fazendo recair o seu proceder sobre a sua cabeça e justificando ao justo, para lhe retribuíres segundo a sua justiça.
1 Reis 8:32

Daí que, segundo vários léxicos, ***dikaioo*** seja definida como:

Louw & Nida: "O ato de livrar alguém de sua transgressão; absolver, libertar, tirar a culpa, absolvição*."*[v]

Thayer: "Declarar sem culpa a um acusado; declarar, pronunciar que alguém é justo, inocente*."*[vi]

Gingrich: "Justificar, vindicar, tratar como justo; ser absolto, ser declarado e tratado como justo*."*[vii]

Léxico do Novo Testamento, Sociedades Bíblicas Unidas: "Pôr em relação correta; absolver, declarar e tratar como justo…" [viii]

O *Dicionário Evangélico de Teologia* resume ***dikaioo*** assim:

Trata-se de um termo forense que denota o ato legal de administrar justiça. Neste caso, declarando um veredito absoluto, excluindo assim toda possibilidade de condenar. Então, a justificação estabelece o status legal da pessoa justificada.[ix]

A evidência mostra que a justificação é uma declaração legal feita por Deus. Sendo assim, por definição, a justificação está totalmente ligada à lei. A única à que se poderia referir-se a Bíblia é à lei moral de Deus no Antigo Testamento, resumida nos Dez Mandamentos.

Imaginemos Deus declarando: "Tu não quebraste nenhum dos meus mandamentos". No seguinte capítulo, exploraremos como é que Deus poderia dizer tal coisa sem contradizer ao mesmo tempo sua santidade nem dizer mentira.

Em si mesma, a justificação não tem nada a ver com experiências espirituais. Certo que a acompanham importantíssimas experiências como a adopção como filhos de Deus e o enchimento do Espírito Santo com gozo, paz e poder. A justificação trata especificamente com nosso status legal ante a lei de Deus, sem o qual nenhuma dessas experiências espirituais poderia ser possível.

A terminologia legal pode parecer muito fria. Para São Paulo, a justificação foi um tema muito comovedor, pois envolve o perdão de pecados. Vejamos a maneira com o afirma:

> *Bem-aventurados aqueles cujas iniqüidades são perdoadas, e cujos pecados são cobertos; bem-aventurado o homem a quem o Senhor jamais imputará pecado.*
> Romanos 4:7-8

Devido que o pecado é uma *transgressão da lei.*(1 João 3:4), fica claro porque é essencial uma declaração legal de Deus para poder reconciliar-nos com Ele.

> *e não apenas isto, mas também nos gloriamos em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por intermédio de quem recebemos, agora, a reconciliação.*
> Romanos 5:11

Resumo

Na Bíblia, *justificar* se refere a uma declaração legal quanto à lei de Deus. É um termo forense (legal) com o significado de absolvição ou pronunciamento de inocência. Esta declaração implica perdão de pecados, através do qual somos reconciliados com Deus.

Neste capítulo aprendemos

1. A palavra *justificar,* quanto à doutrina da justificação, significa *declarar justos, absolver, pronunciar como inocente.*
2. *Justificar* não significa *fazer justos.*
3. A justificação é um tema legal, não experimental.
4. A justificação tem a ver com o perdão de pecados.

PERGUNTAS DE ESTUDO

1. Quais são os dois elementos da justificação?

   A.

   B.

2. Quais são os cinco princípios gerais dentro da doutrina da justificação? Expresse os com suas próprias palavras.

   A.

   B.

   C.

   D.

   E.

3. Localize uma referência bíblica, diferente das citadas na lição, que comprove o uso forense do termo justificar. Desenvolva.

4. Explique por que a justificação não é um tema experimental em si mesmo.

Capítulo 3

A imputação

A *fé* é a base de sua salvação? A maioria dos cristãos responde que sim.

Os estudantes de teologia com freqüência se assombram ao escutar que a fé não é a base de nossa salvação. Este anunciado pareceria herético, até que se explica que a verdadeira base é a justiça de Cristo. A fé é simplesmente o meio pelo o qual dita justiça se credita a nós.

Assumir que a *fé* é a base de nossa aceitação ante Deus, é como dizer que um caminhão transportador de concreto é o fundamento de nossa casa, já que o concreto foi transportado por esse veículo. Não se trata de desvalorizar a fé, pois sem ela não podemos ser justificados. O que queremos é destacar a relevância da imputação.

A importância da imputação

A. A imputação é o conceito central na justificação.

Ao ignorar a imputação se chega a uma confusão acerca de nossa condição ante Deus e ainda que o cristão possua os benefícios da justificação, poderia não desfrutá-los se ignorar a existência deles.

O capítulo 4 de Romanos está dedicado a imputação e é a ponte que une os temas dos capítulos que o rodeiam, que tratam da depravação do homem e a reconciliação Deus, respectivamente.

B. Uma compreensão deficiente da imputação leva às heresias.

Os católicos, alguns arminianos e certos grupos carismáticos extremos mantêm-se em erros quanto à imputação, Alguns destes erros são inofensivos, enquanto outros abrem a porta para heresias que dão grandes prejuízos. Em lições posteriores trataremos destes erros.

C. A imputação fecha a porta ao legalismo.

No momento em que compreendamos a essência da imputação poderemos detectar facilmente a presença de legalismo, conseguindo

que a mentalidade da justiça por obras desapareça e, como dedução, o livro de Gálatas toma vida como nunca antes, para nós.

D. A imputação permite que cresçamos espiritualmente com confiança.

Calvino expressou-se desta maneira:

> *A não ser que primeiramente se compreenda qual é nossa relação com Deus e a natureza de seu juízo com respeito a cada um, não se pode ter um fundamento no qual estabelecer nossa salvação, nem tampouco um sobre o qual possamos forjar nossa devoção a Deus.*[x]

Definição

A imputação compreende dois aspectos: Negativamente, não contando nossos pecados contra nós. Positivamente, contando a justiça de Cristo como nossa própria.

Isto não significa que se retire algo ou que se infunda ou injete alguma coisa. A idéia de infundir é estranha ao significado da palavra grega usada: ***logizomai***. Existem outras palavras gregas para tais idéias.[xi]

O termo teológico de imputação deriva da Vulgata Latina, em Romanos 4, na forma em que se traduz o verbo grego ***logizomai*** e o hebraico ***hashab***.[xii] As traduções modernas invariavelmente empregam as palavras como: *creditada a*, *contada por*, *levou em conta por. M*esmo sendo estes termos adequados, no original grego requer uma definição muito específica, para podermos perceber bem o que **não** significa.[xiii]

O uso em grego

Os léxicos dizem acerca de ***logizomai***:

> Sociedades Bíblicas Unidas, *Novo Testamento Grego e Léxico*: *contar, levar em conta por, calcular, levar em conta, creditar, pôr na conta de alguém…*[xiv]

> Léxico Louw e Nida: *manter arquivo de contas comerciais, em deve e haver (pôr na conta, debitar, marcar como conta). Grego: Romanos 4:4:* ***to de ergazomeno ho misthos ou logitezai kata charin alla kata opheilema*** *a uma pessoa que trabalhe, o salário não lhe é considerado*

(não lhe é dado) como um presente, senão como uma dívida a pagar (uma dívida que se deve a ele).[xv]

Léxico Thayer: *levar em conta; passar para conta de alguém, imputar.*[xvi]

Vamos dar uma olhada num par de termos bíblicos não diretamente relacionados com a justificação (***logizomai*** se indica em negritos*).*

E, se algum dano te fez ou se te deve alguma coisa, lança tudo em minha conta.
Filemon 1:18

Na Septuaginta também se encontra:

… a tal homem será ***imputada*** *a culpa do sangue…*
Levítico 17:4

Porque, se da carne do seu sacrifício pacífico se comer ao terceiro dia, aquele que a ofereceu não será aceito, nem lhe será ***imputado…***
Levítico 7:18

O *Dicionário Evangélico* resume:

"por crédito na conta de alguém": *é uma interpretação adequada do termo grego* ***logizomai****. A noção forense de imputação tem suas raízes parciais na linguagem comercial e jurídica do mundo greco-romano: a pessoa a quem se imputou algo é responsável perante a lei.*[xvii]

Vemos que *logizomai* é outro termo legal ou forense como *justificar.* Refere-se a creditar algo na conta de alguém. Sendo devedores a Deus, esse "algo" se refere à justiça de Cristo.

Quando um contador credita fundos em sua conta bancária, não o põe literalmente em uma caixa pertencente a você, mas o põe em livros. Assim mesmo, a justiça de Cristo não é uma substância que em nós se injeta. A imputação é uma transação unicamente *legal*, não é um ato que se *experimenta*.

Um possível mal-entendido

Isto significaria que nossas almas permanecem vazias quando somos justificados? De nenhuma maneira! O Espírito Santo entra em nosso coração e nos confere todos os benefícios de nossa salvação.

> *... porque o amor de Deus é derramado em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos foi outorgado.*
> Romanos 5:5

Quais são esses benefícios? O contexto de Romanos 5 nos indica uns quantos: reconciliação com Deus, paz, gozo e a experimentação do amor do Pai. A justificação, baseada na imputação, dá a Deus a base para fazer tudo isso por nós, sem contradizer sua santidade.

Quando somos salvos, experimentamos dramáticas mudanças tais como a nova natureza em Cristo e o poder do Espírito. Nos sentimos verdadeiramente limpos pela primeira vez.

A imputação, entretanto, não se refere a nenhuma dessas experiências nem a nenhuma das mudanças interiores. Meramente o faz lógico o que Deus fez por nós. A ter um novo *status* legal perante Ele nos conta como justos.

Um adágio entre estudiosos da fé reformada que mostra a diferença entre a justiça legal e experimental, é o que segue: A justificação é o que Deus faz por nós; a santificação é o que faz em nós.[xviii]

***

A justificação é o que Deus faz por nós;
a santificação e o que faz em nós.

***

Pela justificação é perfeitamente lógico que Deus faça todo tipo de coisas formosas para nós e em nós. Além de tudo, está fazendo para pessoas que Ele as considera justas.

É por isso que Hodge, em sua excelente *Teologia Sistemática* diz:

> *A imputação nunca muda o estado subjetivo interno da pessoa imputada. Quando se imputa roubo a um indivíduo, não o faz ladrão. Quando se lhe imputa bondade a um homem, no o faz bom. Por conseguinte, quando se imputa justiça ao crente, este não se transforma em justiça subjetiva.*[xix]

Note que Hodge inserta a palavra "subjetivamente." Não está negando as experiências subjetivas do crente, senão que atribui a obra subjetiva da santificação a presença do Espírito Santo, não a imputação. O Espírito faz que nossa justiça legal, pela justificação, chegue a ser uma realidade experimental através do processo de toda uma vida.

Hodge esclarece:

*A Bíblia revela muito do que Cristo faz **por** nós* (pela justificação) *e o que faz em nós (em nossa união com Cristo)... Os protestantes não desprezam o valor e a necessidade de uma nova vida derivada de Cristo, porque em obediência as Escrituras, insistem incansavelmente em que Cristo satisfez plenamente a justiça de Deus. Sem este último, o anterior seria impossível.*[xx]

Comutação

Às vezes, certos escritores utilizam a palavra "comutação," ao tratar sobre a imputação. Esta obscura palavra dá a idéia de uma troca, de uma coisa por outra, entre dois indivíduos. Sendo assim, significaria que nossos pecados foram atribuídos a Cristo e sua justiça atribuída a nós. Um intercâmbio teria ocorrido entre Ele e nós.

O escritor puritano John Owen, ao comentar Romanos 4:6 expressa o seguinte:

Há na Escritura... uma comutação entre Cristo e os crentes, de pecado e justiça, isto é, na imputação da pecaminosidade de seus pecados a Ele, e de Sua justiça a eles.[xxi]

Neste ponto, Owen continua sua explicação usando a idéia do bode expiatório. Em Levítico 16:21-22, o sacerdote *imputava* os pecados do povo ao bode e o mandava ao deserto. Owen interpreta isto como o protótipo da imputação de nossos pecados a Cristo.

Enquanto que o sacrifício de Cristo se ilustra no Antigo Testamento por meio de animais, Paulo o faz explícito em Romanos 3, onde vemos a inseparável conexão entre justificação e o sacrifício de Cristo... um bom exemplo do porquê deveríamos ver a teologia bíblica como uma unidade inseparável.

Deus o ofereceu como um sacrifício de expiação*... (26) deste modo, Deus é justo e, a mesmo tempo, o que justifica aos que têm fé em Jesus.*
Romanos 3:25

O paralelo Adão-Cristo: Por que a imputação é lógica

A imputação da justiça de Cristo está diretamente conectada a doutrina do pecado original. Em Romanos 5, Paulo estabelece o paralelismo entre Adão e Cristo.

Se, pela ofensa de um e por meio de um só, reinou a morte, muito mais os que recebem a abundância da graça e o dom da justiça reinarão em vida por meio de um só, a saber, Jesus Cristo.
Romanos 5:17

Owen explica o paralelo:

... como o pecado de Adão nos imputa para a condenação, da mesma forma a obediência de Cristo nos imputa para justificação de vida.[xxii]

Tal como o pecado de Adão e suas conseqüências foram imputados a seus descendentes, da mesma forma a justiça de Cristo é imputada aos crentes... e todas suas conseqüências. Da mesma maneira em que não somos pessoalmente responsáveis da transgressão de Adão, tampouco merecemos a justiça de Cristo.

Isto ilustra a importância do sistema em nossa teologia: a negação do pecado original é uma negação da imputação pois, se é impossível que o pecado de Adão seja atribuído ou imputado a nós, tampouco a justiça de Cristo poderia sê-lo.

Reconciliação

a saber, que Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões, e nos confiou a palavra da reconciliação.

2 Coríntios 5:19

A reconciliação com Deus é o principal da imputação. A causa dela, o pecador pode relacionar-se com Deus sem contradizer sua santidade. O fundamento é a justiça de Cristo.

Resumo

A imputação se refere a um ato divino dual pelo o qual não se contam nossos pecados, e por sua vez se acredita à nossa conta a justiça de Cristo. Como ato forense que é, não envolve a infusão ou injeção de algo em nós. A imputação provê a base para a reconciliação e por sua vez, permite que Deus nos abençoe com o Espírito Santo e tudo o que o Espírito nos brinda.

Deste capítulo aprendemos

1. A fé não é a base da nossa justificação senão o veículo ou meio pelo o qual nos é imputada a justiça de Cristo. A base de nossa justificação é a justiça atribuída a nós (imputação).
2. Uma cabal compreensão da imputação nos ajuda evitar sérios erros doutrinários no caminho.
3. Entender a imputação também ajuda a detectar e evitar o legalismo.
4. O termo grego ***logizomai*** significa *acreditar*, *levar em conta*, *atribuir à nossa conta.* Não conota infusão, injeção nem penetração.
5. Um argumento que Paulo utiliza para mostrar a lógica da imputação é a doutrina do pecado original expressado em Romanos.
6. A comutação expressa mútua imputação, em cujo caso a imputação de nossos pecados a Cristo implica a imputação de sua justiça a nós.
7. A reconciliação com Deus é a conseqüência imediata da justiça de Cristo imputada a nós e provê um campo comum no qual Deus e o homem possam encontrar-se.

PERGUNTAS DE ESTUDO

1. Dê quatro razões quanto ao porquê da importância da doutrina da imputação.

2. Qual é o significado do termo grego ***logizomai***?

3. Que significa comutação?

4. Explique a conexão entre a doutrina do pecado original e sua relação com a imputação.

5. Qual é a relação entre a imputação e a reconciliação com Deus?

Capítulo 4

A Justiça de Cristo

Pouco depois da morte de Martinho Lutero no ano 1546, a Reforma alemã foi turbada pelos ensinos de Andrew Osiander, catedrático de Konigsberg.[xxiii]

O ponto de vista de Osiander, quanto à justificação, diferenciava radicalmente do conceito forense (legal) sustentado por Lutero. Osiander dava à justificação o significado de uma infusão de justiça divina na alma do crente. Este erro era similar à crença católica contra à qual Lutero lutou tão valentemente. Esta postura causou enorme controvérsia até que seus pontos de vista foram rechaçados na Fórmula da Concórdia no ano de 1577.[xxiv]

Uma das razões para este rechaço deveria, entrementes, ser evidente ao estudante. Osiander rechaçava a imputação a favor de uma suposta infusão espiritual, indicando que era mais uma experiência que uma declaração legal da parte de Deus.

Osiander creu corretamente na união mística do crente com Cristo. Seu erro foi baseá-la numa essência espiritual emanada de Deus mesmo. Para ele, esta essência se infundiria, como se Deus a injetasse em nós, traspassando a justiça de sua pessoa à nossa.[xxv]

Estas posições alarmaram os reformadores porque desembocavam em sérias heresias. Pois, se a essência de Deus nos infundisse, consequentemente seríamos também parte integral de Deus mesmo. A distinção entre Deus e o homem desapareceria.

Ainda que Osiander não levou seus ensinos a tal extremo, lógicamente se poderia chegar a esse ponto, da mesma maneira que uma pequena alavanca levanta a carga, um pequeno erro pode levar a grandes heresias. Afortunadamente, neste caso, a Fórmula da Concórdia pôde encarrilhar o assunto.

Os erros de Osiander forçaram os estudiosos a refinar seu pensamento acerca da justiça que recebemos. Entre os reformadores, nenhum duvidava sobre que é a justiça para justificação, pois todos estavam totalmente de acordo que é unicamente a justiça de Cristo à qual nos faz ser aceitos ante Deus. A pergunta era: Que se entende por justiça de Cristo? Trata-se de uma justiça humana, divina ou mista? É mera ausência de pecado ou uma qualidade positiva em si mesma?

Isto tem alguma Importância? Claro que sim. Esta é uma das diferenças primordiais entre o catolicismo e o protestantismo, e ao mesmo tempo entre os evangélicos e certas seitas. Nossa segurança da salvação implica nestas perguntas.

Qual é o significado bíblico de justiça?

A Bíblia sempre define os termos morais em referência à lei de Deus, entre estes se inclui: justiça, pecado, maldade, etc.

> *... o pecado é a transgressão da lei.* (RA).
> 1 João 3:4

> *... Mas eu não teria conhecido o pecado, senão por intermédio da lei*.
> Romanos 7:7

O pecado é a quebra da lei de Deus e a justiça é a conformidade ante a mesma. Os Dez Mandamentos resume a lei moral. Sendo certo que Deus tem um atributo em seu ser chamado "justiça". No entanto, Ele a define por sua lei. Qualquer justiça humana, portanto, deve ser conforme sua lei.

Então, nos requer Deus a justiça da lei? Claro que **sim**!

> *Porquanto o que fora impossível à lei, no que estava enferma pela carne, isso fez Deus enviando o seu próprio Filho em semelhança de carne pecaminosa e no tocante ao pecado; e, com efeito, condenou Deus, na carne, o pecado, a fim de que o preceito da lei se cumprisse em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito.*
>
> Romanos 8:3, 4

Aqui é onde nascem algumas perguntas inquietantes:

Que faltava à lei quanto ao poder conseguir a justiça? Nada. O problema está em nossa própria debilidade, mas não em nenhuma deficiência da lei.

Deus aceita as pessoas que não cumpre os requisitos da lei? Nunca. O único e o básico requisito para poder ser aceito por Deus é a perfeita obediência.

Dois tipos de justiça?

Alguns ensinam que existem dois tipos de justiça: a da Lei e a de Cristo. Isto constitui um erro, já que a salvação que Cristo ganhou para nós não consistia em substituir a justiça da lei com a sua própria. A lei escrita simplesmente descreve qual seria o comportamento de Deus se Ele se tornasse humano, e é justamente isso o que aconteceu em Cristo.

A obediência de Cristo

Alguém pode pergunta a si mesmo: É a justiça imputada de Cristo humana, divina ou mista? A resposta é clara, pois a justiça que nos é imputada é uma perfeita justiça humana... é produto da obediência à lei por um perfeito Humano, o Senhor Jesus Cristo. Portanto, não é uma essência divina imbuída à nossa alma.

> *E assim como muitos seres humanos se tornaram pecadores por causa da desobediência de um só homem, assim também muitos serão aceitos por Deus por causa da obediência de um só homem.(NTLH).*
>
> Romanos 5:19

Note a repetição da palavra "homem". Hodge o põe desta maneira: *Foi um homem o que caiu —Adão—, e foi um Homem quem o redimiu. Por conseguinte, a justiça está baseada na obediência de Cristo como o perfeito Homem, representando a humanidade.*

Só esta evidência refuta Osiander. Porém todavia há mais: Os teólogos colocam a obediência de Cristo em duas categorias: Obediência ativa e passiva.

Por obediência ativa se entende a vida que Cristo viveu na carne, sob a lei. Por obediência passiva se entende sua morte na cruz. A Bíblia apresenta estes aspectos como o cumprimento dos requisitos da lei em sua humanidade.

A obediência ativa de Cristo: Sua vida sob a lei

Era realmente necessário que Cristo cumprisse os requisitos da lei durante sua vida e não só em sua morte? Definitivamente sim, pois seu papel de Mediador assim o requeria.

> *Porque não temos sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; antes, foi ele tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado.*
> Hebreus 4:15

Ao refutar Osiander, Calvino acertadamente assinala como todos os atos de Cristo como Mediador concordavam com sua natureza humana.

> *antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo,*(Filipenses 2:7)... *Portanto, Ele não fez isto por nós de acordo com sua natureza divina, senão de acordo com a dispensação posta sobre Ele.*[xxvi]

O apóstolo Paulo afirma:

> *Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem,*
> 1 Timóteo 2:5

Note como Paulo acrescenta à cláusula, *Jesus Cristo, homem*, ao referir-se a seu papel de mediador.

> *vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos.*
> Gálatas 4:4,5

Paulo revela outra razão pela qual Cristo cumpriu os requerimentos da lei, sob à qual viveu. Aqueles a quem veio redimir vivam sob a mesma lei e era necessário que seu representante vivesse sob as mesmas condições e triunfasse onde eles haviam falhado.

Ao dizer, *nascido de mulher*, Paulo enfoca a humanidade de Cristo em sua obra salvífica.

> *antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz.*
>
> Filipenses 2:7, 8

Em seu batismo, Cristo reconhece sua relação com a lei e seus requerimentos:

> *Mas Jesus lhe respondeu: Deixa por enquanto, porque, assim, nos convém cumprir toda a justiça. Então, ele o admitiu.*
>
> Mateus 3:15

Cumprir a justiça significa satisfazer as exigências da lei. Uma forma de batismo era necessária na iniciação sacerdotal e Jesus estava cumprindo com este requisito (ver Números 8).

Matthew Henry assinala que Jesus fez isto:

> *... para apossar-se de toda instituição divina e para mostrar sua disposição a obedecer todos os preceitos da justiça de Deus... Assim é como Cristo cumpriu com a justiça da lei cerimonial que consistia em vários lavados ...*[xxvii]

Assim mesmo Calvino assinala que Cristo não tinha que obter nenhum grau de justiça pois Ele já era justo. Se tivesse vindo para trazer-nos sua própria e divina justiça, nem sua vida nem sua morte sob a lei teriam sido necessárias.[xxviii]

Berkhof inclui outra razão pela qual a obediência ativa de Cristo era crucial, pois se a justiça que nos é imputada fosse só para o perdão de pecados, por meio da cruz, a posição do homem teria permanecido igual à de Adão antes da queda...isto é, inocente, mas sem um atributo positivo de justiça verdadeira.[xxix]

A obediência passiva de Cristo: a cruz

Cada vez que a Bíblia se refere ao sacrifício de Cristo, se considera seu corpo, sua humanidade, não sua deidade.

A. A Cruz e a Lei

De acordo com Colossenses, Cristo nos tirou da condenação sob a lei, por meio de seu corpo na cruz.

> ... *estavam longe de Deus (21)... mas agora... os reconciliou no corpo mortal de Cristo ...(22)*
>
> Colossenses 1:21 e 22

Esta reconciliação foi possível ao derrubar uma barreira: a barreira da lei.

> *Tendo cancelado o escrito de dívida, que era contra nós e que constava de ordenanças, o qual nos era prejudicial, removeu-o inteiramente, encravando-o na cruz.*
> Colossenses 2:14.

Pedro expressa a idéia da seguinte maneira:

> *carregando ele mesmo em seu corpo, sobre o madeiro, os nossos pecados...*
> 1 Pedro 2:24

B. A reconciliação de judeus e gentios

Paulo declara que a reconciliação do judeu com o gentil ocorreu na cruz, no corpo de Cristo.

> *Porque ele é a nossa paz, o qual de ambos fez um; e, tendo derribado a parede da separação que estava no meio, a inimizade, aboliu, na sua carne, a lei dos mandamentos na forma de ordenanças, para que dos dois criasse, em si mesmo, um novo homem, fazendo a paz,e reconciliasse ambos em um só corpo com Deus, por intermédio da cruz, destruindo por ela a inimizade.*
> Efésios 2:14-16

C. O véu do templo

O véu do templo representava a barreira que separava Deus do homem. O autor de Hebreus explica que este véu representava a carne de Cristo através da qual agora podemos relacionar com Deus.

Tendo, pois, irmãos, intrepidez para entrar no Santo dos Santos, pelo sangue de Jesus, pelo novo e vivo caminho que ele nos consagrou pelo véu, isto é, pela sua carne.

Hebreus 10:19,20

D. A Ceia do Senhor

A Santa Ceia é um recordativo da natureza carnal do sacrífício de Cristo. Calvino expressa este ponto assim:

> *... quando Cristo ia selar a justiça e salvação que nos tinha vindo dar...chama a si mesmo de o Pão da Vida* (João 6:48), *mas o explicar acrescenta que sua carne é verdadeiramente comida, e seu sangue é verdadeiramente bebida* (João 6:55).
>
> *Este método de ensino se percebe nos sacramentos; ainda que eles direcionam nossa fé ao Cristo completo e não a um meio Cristo, nos*

ensinam que tanto a justiça como a salvação residem em sua carne...[xxx]

Que papel exerce a deidade de Cristo na obtenção de justiça para nós?

Posterior a Osiander, aparece outro mestre chamado Stancarus, que moveu o pêndulo a outro extremo, ao proclamar que o lado divino de Cristo não teve nenhum papel na redenção.[xxxi] Supostamente, Cristo teria suprimido sua natureza divina para dar enfoque integral à tarefa humana de obter justiça para nós.

As igrejas luteranas, na Fórmula da Concórdia, rejeitaram este ponto de vista, igualmente todos os concílios reformados desde então.[xxxii] A *Confissão de Westminster* se pronuncia corretamente, ao afirmar que Cristo atua conforme suas duas naturezas em tudo quanto faz, não necessariamente da mesma maneira.

> Cristo, na obra da mediação, age de conformidade com as suas duas naturezas, fazendo cada natureza o que lhe é próprio*…*
>
> Capítulo VIII, Art. VII.

Estamos nos contradizendo? NÃO.

Cristo é nosso Sumo Sacerdote conforme a suas duas naturezas. O livro aos Hebreus revela que seu sacrifício lhe deu o título de Mediador de seu povo, por quem intercede diante Deus. Sua própria deidade com os atributos de onipotência e eternidade poderiam muito bem satisfazer essa função. É precisamente por sua deidade que sua justiça é de infinito valor.[xxxiii]

> *Muito mais o sangue de Cristo, que, pelo Espírito eterno, a si mesmo se ofereceu sem mácula a Deus, purificará a nossa consciência de obras mortas, para servirmos ao Deus vivo!*
>
> Hebreus 9:14

Por isso Ele é Mediador de um novo pacto, para que intervindo morte pela remissão das transgressões que havia sob o primeiro pacto, os chamados recebiam a promessa da herança eterna.

Podemos afirmar, sem contradição, que Cristo é nossa justiça conforme sua humanidade e sua deidade, mesmo sem infundir em nós uma justiça, equivalente a uma essência divina.

Resumo

As Escrituras claramente define a natureza da justiça que nos é imputada através da fé em Cristo: é uma justiça humana perfeita, conquistada por Cristo para nós através de sua vida e de sua morte, em nossa representação. Isto não quer dizer que alguma essência divina nos infunda, nem que exista uma mudança em nossa qualidade de humanos, pois não somos deificados em nenhum sentido pela justiça de Cristo, nem exaltados mais além de onde Deus nos colocou como seres humanos, feitos por Ele.

A vida e a morte de Cristo sob a lei lhe conferem o direito de mediar como nosso Sumo Sacerdote, em cujo papel atua conforme a suas duas naturezas: Deus e homem.

Neste capítulo aprendemos

1. A justiça de Cristo que nos é imputada, é aquela que ganhou sob a lei como representante da humanidade.
2. A justiça não é uma essência divina que se infunde em nós.
3. Ainda que a justiça que nos é imputada não é uma essência divina infundida em nós, Cristo é nossa justiça conforme a suas duas naturezas.
4. Cristo, como nosso Mediador e Sumo Sacerdote, atua conforme a suas duas naturezas e Ele mesmo é nossa justiça.

PERGUNTAS DE ESTUDO

1. Qual foi o erro de Osiander?

2. Como define a Bíblia o termo "justiça"?

3. Quais são os dois tipos de obediência de Cristo?
   A.

   B.

4. Por que era necessário que Cristo cumprisse a lei vivendo-a e não meramente morrendo sob ela? Dê três razões com fundamento bíblico.
   A.

   B.

   C.

5. Explique o motivo da ênfase bíblica na humanidade de Cristo, mais que sua deidade, no que se refere em conseguir a justiça para nós.

Capítulo 5

A fé que justifica

Em verdade vos digo: Quem não receber o reino de Deus como uma criança de maneira nenhuma entrará nele.
Marcos 10:15

Se uma criança pode praticar a fé, não provaria isso a simplicidade da mesma? Não necessariamente. O ingrediente ativo da fé — a simples confiança — é mais direto em uma criança, devido a que os outros dois elementos — o conhecimento e a razão — contam menos para eles.

Ainda que esta é a explicação pela qual uma criança pode entrar no céu, não constitui prova de que a fé seja algo tão simples. Esta, igual a outros aspectos do evangelho é, por sua vez, simples e profunda. As crianças a alcançam facilmente e os eruditos se deleitam em sua profundidade.

Se a fé fosse inteiramente simples, o apóstolo Tiago não faria a distinção entre a fé que leva a justificação e outra fé que leva a condenação. Tampouco veríamos o apóstolo Paulo dando-nos uma divisão dos componentes essenciais da fé, pondo a Abrão como exemplo, no capítulo 4 da Epístola aos Romanos.

Devemos praticar a fé com a confiança simples de uma criança, porém não permanecer como infantes em nossa compreensão da mesma. Ainda que tratamos de não complicar o tema da fé mais além dos limites bíblicos, tampouco a simplificamos a seu mínimo grau. Além do mais, algumas das suas complexidades resultam em agradáveis surpresas.

A próxima surpresa

Tão logo os estudantes descobrem a surpresa que a fé não é a base de nossa salvação, mas sim a justiça de Cristo, então caímos sobre eles com outra surpresa: a fé que justifica, *por si só*, não tem nenhum valor intrínseco, não possui mérito, não é uma boa obra e nem merece nenhuma recompensa.

Igualmente como aconteceu com a primeira surpresa, esta perde seu tom tão radical com umas explicações breves. A fé é como uma caixa vazia, que adquire valor segundo seu conteúdo. Se o conteúdo da caixa é Cristo, seu

valor é incomensurável. Porém se o conteúdo da caixa é o diabo? Que valor teria a caixa nesse caso?

Portanto a fé é moralmente neutra, já que toma seu valor do objeto com o qual se associa. Vendo-a desta maneira, pode resultar que a fé nem sequer é uma virtude, a não ser que se dirija a Cristo. De fato, inclusive poderia considerar-se algo mal, se está posta num deus falso ou na própria justiça.

E o que dizer de 1 Coríntios 13:13? Paulo classifica a fé como uma das três grandes virtudes, junto com a esperança e o amor. O contexto assume que nossos afetos vão dirigidos a Cristo. Paulo não implica que qualquer tipo de fé é uma virtude, igualmente o amor não poderia considerar-se virtude se vai direcionado à esposa alheia. No mundo secular, as pessoas utilizam o termo fé, quando na verdade o que eles expressam é esperança, autoconfiança ou um sentimento místico religioso.[xxxiv]

A fé que justifica, por si só,
não tem nenhum valor intrínseco,
não possui mérito,
não é uma boa obra
nem merece nenhuma recompensa.

Os reformadores foram sumamente firmes em que a fé não é louvável, colocando-se em absoluto desacordo com o catolicismo romano, que vê a fé como uma boa obra, merecedora de recompensa. Tal ponto de vista solapava o significado da salvação por pura graça, devido a sutil intromissão do mérito humano no panorama.

Por que não é meritória a fé?

> *Que, pois, diremos ter alcançado Abraão, nosso pai segundo a carne?*
> Romanos 4:1

Abrão fez um descobrimento inesperado. Deus lhe outorgou algo que ele não o merecia, que é o perdão dos pecados e a declaração de que era justo.

Abrão chegou a conclusão de que tudo o que recebeu de Deus não foi resultado de nenhuma boa obra, pois não tinha nenhuma que mencionar, ou a Bíblia a teria registrado...certamente nada poderia ter-lhe dado o direito de que um de seus descendentes chegaria a governar sobre as nações.

> *Porque, se Abraão foi justificado por obras, tem de que se gloriar, porém não diante de Deus.*

Romanos 4:2

Logo, o veículo da justificação teria sido algo que ele possuía, mas do qual não podia gloriar-se. Isto exclui as obras, já que delas poderia gloriar-se e merecer galardão.

Ora, ao que trabalha, o salário não é considerado como favor, e sim como dívida.
Romanos 4:4

O único agente e veículo é a fé: a *fé somente*.

Mas, ao que não trabalha, porém crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça.
Romanos 4:5

Paulo comprova que a fé não é uma obra nem merece galardão. De outra maneira, a indicaria como o veículo da justificação.

Essa é a razão por que provém da fé, para que seja segundo a graça,...
Romanos 4:16.

Ao concluir que a fé é o único veículo de graça possível, Paulo nos põe um paradoxo: Se a fé por si mesma tinha mérito, ou possuía alguma justiça inerente, seria um veículo de graça indigno. Competiria com a justiça de Cristo, o que é impensável.

Causa instrumental

Durante o período da Reforma surgiu uma disputa menor, na Polônia especificamente, devido aos ensinos heréticos de um excêntrico italiano chamado Socius, nascido em 1539.[xxxv]

Entre tais ensinos, havia uma noção de que nossa fé por si mesma é a justiça que recebemos através da justificação e é a única justiça necessária. Esta noção levou a uma negação implícita da imputação da justiça de Cristo, e foi mais além, até sustentar que a fé mesma faz a obra de salvar-nos.

Tudo isso levou a uma sutil, ainda que perigosa, negação da *sola fide* (pela fé somente). Todos que se acolheram a essa idéia afirmavam que somos salvos só pela fé, porém significando que nossa fé nos salva, o que vem a ser uma forma de justiça própria. Era uma postura radicalmente distante da sustentada pelos reformadores.

O socianismo deixou de existir inclusive antes que Socius morrera. No entanto, esse ensino persiste até hoje no arminianismo e se encontra também em alguns movimentos carismáticos extremistas.[xxxvi]

Milhões de cristãos crêem que sua própria fé é sua justiça, e que a fé é o que salva. Sem perceberem, deixam de lado tanto a beleza da justiça de Cristo imputada a nós como a segurança que deriva de compreendê-la.

Socius não compreendeu o ponto central de Efésios 2:8-9, que afirma:

> *Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus;*

Parece que Socius não pôde captar a diferença entre "*mediante*" e "*pela*". É a graça que salva, mediante a fé; que lhe serve de veículo.

Daqui surge uma nova surpresa: A fé por si mesma não é o que nos salva. Ela simplesmente faz possível que se receba algo que nos dá a salvação, isto é,... a graça.

Aqui há uma pequena armadilha do tipo lógico: Dizer que é impossível ser salvo se a fé não significa que esta seja a causa da salvação. Cristo é a causa, somente Ele.

Os reformadores notaram que se a fé por si mesma fosse a nossa justiça, ao vir de nós mesmos, a conseqüência seria que nos salvaríamos por nossa própria justiça. Não existiria absolutamente a necessidade da justiça de Cristo imputada a nós. Pior ainda, a obediência ativa de Cristo para ganhar a justiça sob a lei seria insignificante.

Os reformadores atacaram esse erro mostrando a distinção entre "causa eficiente" e "causa instrumental," com o exemplo do escultor e o cinzel. Neste o escultor é a causa *eficiente* porque é quem efetua o trabalho, enquanto que o cinzel é a causa *instrumental*, porque é o instrumento, o veículo, que permite que o escultor realize sua obra.[xxxvii]

Quanto à salvação, a graça de Deus é a causa *eficiente*. Esta envolve o favor divino do perdão de pecados com a imputação da justiça de Cristo. Esta justiça é a base da nossa aceitação (da parte de Deus). A fé é meramente a causa *instrumental* que nos traz a causa *eficiente*.

Esta frase "Causa instrumental" veio a ser uma terminologia teológica padrão, para contrastar a visão bíblica da relação entre fé e salvação, versus

os erros do catolicismo, ou arminianismo e outros movimentos relacionados. Calvino faz a comparação:

> *"Como toda a Escritura proclama que a causa eficiente para que obtenhamos a vida eterna é a misericórdia de nosso Pai celestial... a causa instrumental ou formal é la fé" .*[xxxviii]

Calvino destaca que o Pai é quem nos salva através da fé. Como sempre, Deus obra indiretamente por meio de coisas. Alguns confundem a diferença entre a fonte da salvação, Deus mesmo, e o veículo que Ele usa para levá-la a nós. Confundem a fonte com o meio.

Outros, dentre os quais encontramos o notável erudito inglês João Owen, utilizam o termo "instrumental" repetidas vezes ao ensinar sobre a justificação. [xxxix] Entre aqueles que refutam os ensinamentos de que nossa própria fé é nossa justiça, meu teólogo favorito é Francisco Turretin, cujos argumentos são sucintos e impressionantes.[xl]

Este conceito de "instrumental" reflete-se nos credos históricos, por exemplo, a *Confissão de Westminster:*

> *A fé, assim recebendo e assim se firmando em Cristo e na justiça dele, é o único instrumento de justificação; ela, contudo não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as outras graças salvadores; não é uma fé morta, mas obra por amor.* (Capítulo XI, Art. II).

Um exemplo do Catecismo de Heidelberg:

> Pergunta 61. *Por que você diz que é justo somente pela fé?*
>
> Não é que a fé tenha algum valor ou mérito perante Deus, porque não é uma obra ou condição meritória, mas sim o instrumento divino por meio do qual Ele me outorga a justiça e santidade de Cristo (1 Coríntios 1:30; 2:12) e, Ele é o único caminho de Deus (1 João 5:10). [xli]

A seguir, um resumo dos argumentos mais empregados por eruditos reformados, tanto antigos como modernos:

> A. As Escrituras ensinam que Cristo mesmo é nossa justiça.
>
> > ...*o qual se nos tornou, da parte de Deus, sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção...*
> > 1 Coríntios 1:30

Turretin comenta: *"Em nenhuma parte da Escritura se encontra que a vontade de Deus tenha sido contar nossa fé como justiça, senão que fez Cristo como nossa justiça".* [xlii]

Logo acrescenta que se Cristo se fez nossa justiça, então nada que provenha de nós, inclusive a fé, pode ser dita justiça. "*... é evidente que um homem não pode ser justificado por duas* justiças, uma própria e outra em Cristo". [xliii]

A lógica do apóstolo João destaca o mesmo:

> *Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, a saber, aos que crêem no seu nome;*
> João 1:12

Como podemos ser feitos filhos de Deus? Recebendo a Cristo. Como se recebe a Cristo? Crendo nEle. O ponto é o seguinte: crer em Cristo não nos dá o direito de ser chamados filhos de Deus, porém recebê-lo sim, nos dá. A fé é o instrumento para recebê-lo.

B. As Escrituras distingue entre a justiça e a fé que a recebe.

> *...e ser achado nele, não tendo justiça própria, que procede de lei, senão a que é mediante a fé em Cristo, a justiça que procede de Deus, baseada na fé;*
> Filipenses 3:9

Entre todos os textos que tratam da relação entre a justiça e a fé, este é o mais destacado. Como base para ser *achado em* Cristo, Paulo distingue entre uma justiça que provém de Deus versus qualquer justiça que se origina dentro de si mesmo. Refuta-se, desta maneira, a doutrina que confunde a fé com a justiça.

No entanto, Paulo não despreza a necessidade da fé, pois de imediato acrescenta uma frase que a primeira vista parece redundante: *a justiça que é de Deus pela fé.*

Como um esquiador que vai evitando obstáculos, Paulo navega muito adestradamente entre dois erros. Quer esclarecer que a fé é absolutamente indispensável, embora estar em Cristo se baseia em algo externo a nós, uma justiça que vem de Deus.

Se Paulo fora um filósofo moderno, diria que a justiça de Deus é a causa eficiente de nossa aceitação e que a fé é a causa instrumental.

C. Nossa fé não é perfeita nesta vida.

Turretin comenta: "... não somos justificados, exceto por uma justiça perfeita, já que devemos enfrentar a justiça estrita de Deus... agora nenhuma fé é perfeita*…"* [xliv]

Hodge acrescenta indignado: *"Que comparação existe entre a justiça absoluta e perfeita de Cristo e nossa obediência evangélica imperfeita como base de nossa confiança e paz?"* [xlv]

D. A gramática do grego original exige esta distinção.

> *...justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo, para todos e sobre todos os que crêem; porque não há distinção,*
> Romanos 3:22

A frase *mediante a fé,* em grego, é ***día pisteos***, e não pode ser traduzido corretamente de outra maneira. Está na forma gramatical "genitiva" e denota instrumento.[xlvi] Se Paulo quisesse dizer que a fé por si mesma é a justiça, teria empregado a forma "acusativa" ***día pistin*** (*por causa da fé* ou *por conta da fé*). Esta construção não existe no Novo Testamento. [xlvii]

Por quatro séculos, os teólogos têm assinalado este importante ponto gramatical, ainda assim persiste a noção de que a fé é nossa justiça.

Owen, nascido em 1616, disse: "...***día*** não é usado em lugar nenhum do Novo Testamento com um caso genitivo, senão que denota uma atividade instrumental." [xlviii]

Turretin, ao refutar a noção do catolicismo de que a fé justifica meritoriamente, assinala:

> "A Escritura nunca diz isto, mas invariavelmente ou 'pela fé' ou 'a Através da fé' (**día pisteos**) como instrumento." [xlix]

Berkhof sustenta que *de acordo com a Bíblia somos justificados pela fé,* ***día pisteos****, e que* ***día*** *só pode ser entendido em sentido instrumental.* [l]

Um mal-entendido comum

> *Pois que diz a Escritura? Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça.*
> Romanos 4:3

Paulo cita Gênesis 15:6, o versículo do Antigo Testamento mais citado no Novo Testamento. Paulo se refere a este quatro vezes em Romanos 4.

A primeira vista, parece que Paulo está dizendo que Deus leva em conta a fé de Abraão como sua justiça. Se fosse assim, isso estaria em contradição com tudo que disse acerca da relação entre a fé e a justiça de Cristo. Já temos visto em Romanos 3:22 como assinala Paulo que a justiça vem de Deus mediante a fé. Isto distingue as duas.

Calvino resume:

> *Dizemos que a fé justifica porque recebe e abarca a justiça oferecida no evangelho.* [li]

Como desafiamos este mal-entendido?

A. No contexto de Romanos 3:22, Paulo contrasta a fé com as obras, não a fé com a justiça. É importante recordar isto, enquanto examinamos a gramática grega:

   A frase, *para justiça* (Rm. 4.3), é ***eis diakaiosune***. A preposição ***eis***, traduzida aqui "*para*", envolve a idéia de movimento "em direção a". A nuance da frase *é* algo como "com a finalidade de alcançar justiça".

   Isto apóia a idéia da "causa instrumental" e não permite em absoluto sua substituição pelo o conceito de que seja a justiça por si mesma. Se esta tivesse sido a intenção paulina, teria empregado outras preposições gregas, como por exemplo, ***anti*** (em vez de) ou inclusive *hyper* (em nome de).

B. Turretin destaca que às vezes o benefício de algo se associa tanto com sua causa que se usa figuradamente como sinônimo. [lii]

   Exemplo: em João 17:3 e 12:50, a obediência ao mandamento de Deus se chama "vida eterna". A obediência em si não é a vida eterna, porém está tão estreitamente associada com ela que são praticamente sinônimos.

Outro exemplo disto é quando Jesus disse à mulher arrependida: *Tua fé te salvou* (Lucas 7:50). Jesus disse que a fé da mulher abriu a porta Àquele que efetua a salvação. Ele Jamais sugeriria que a fé da mulher por si e em si mesma lhe deu a salvação sem Ele. Se esse fosse o caso, a mulher não teria nem necessidade de acercar-se a Cristo.

Tal como em Romanos 4, a fé está tão vitalmente associada com a obtenção de justiça que as duas se mencionam quase como uma só. Um pouquinho de cuidado com nossa lógica o prova. O primeiro e imediato resultado da fé é o perdão de pecados (Romanos 4:7). Tal como a fé em si não é o perdão de pecados, ainda para lá conduz, assim mesmo a fé não é justiça em si mesma, porém conduz imediatamente a ela.

Resumo

A fé é simples e profunda ao mesmo tempo. Paradoxalmente, é o único veículo digno para transmitir a graça, precisamente porque não é meritória. A fé adquire o valor do objeto ao qual se dirige... Cristo.

A fé é a única "causa instrumental" da salvação, porém não a "causa eficiente". As Escrituras sempre menciona que a salvação é "pela fé" ou "por meio da fé", nunca "por causa da fé". Isto indica que a fé não é a base de nossa aceitação a Deus, mas sim o meio para receber esta base, a qual é a justiça de Cristo mesmo.

Neste capítulo aprendemos

1. A fé é simples e profunda ao mesmo tempo, com ramificações surpreendentes.
2. A fé adquire seu valor do objeto ao qual se dirige. Na Escritura o único objeto ou objetivo é sempre Cristo.
3. A fé em si não tem mérito inerente algum nem merece recompensa.
4. Se a fé fosse meritória, se excluiria como um meio de transporte da graça, porque esta é imerecida.
5. É de muita ajuda a distinção entre a causa instrumental e a causa eficiente, quando discute a relação entre fé e justiça.
6. A salvação é sempre pela fé ou através da fé, nunca "por causa da fé."
7. Constitui um sério erro assumir que a fé em si é nossa justiça. Isso daria mérito à fe, tal como uma obra. Também significaria que somos salvos por nossa própria justiça e não pela de Cristo.

PERGUNTAS DE ESTUDO

1. Explique por que a fé não é intrinsecamente meritória.

2. Qual é a diferença entre a causa instrumental e a causa eficiente?

3. Dê algumas razões pelas quais a fé que justifica é instrumental e não eficiente.

4. Explique por que Gênesis 15:6, citado em Romanos 4:3, não ensina que a fé por si mesma é nossa justiça.

Capítulo 6

O que a fé é e não é

A fé que justifica contém três elementos essenciais: **conhecimento, razão e confiança**. Ocorrem problemas se algum destes falta.

Em Romanos 4 se encontram os três elementos. Usando Abraão como exemplo, Paulo não só prova que a fé é o único meio da justificação, mas também revela seus componentes.

> *como está escrito:(Por pai de muitas nações te constituí.), perante aquele no qual creu, o Deus que vivifica os mortos e chama à existência as coisas que não existem. Abraão, esperando contra a esperança, creu, para vir a ser pai de muitas nações, segundo lhe fora dito: Assim será a tua descendência. E, sem enfraquecer na fé, embora levasse em conta o seu próprio corpo amortecido, sendo já de cem anos, e a idade avançada de Sara, não duvidou, por incredulidade, da promessa de Deus; mas, pela fé, se fortaleceu, dando glória a Deus, estando plenamente convicto de que ele era poderoso para cumprir o que prometera .Pelo que isso lhe foi também imputado para justiça.*
>
> Romanos 4:17-22

Os teólogos reformados quase sempre concordam nestes três elementos. O estudante pode encontrar os seus nomes em latim: *noticia, assensus* e *fiducia.*

Primeiro elemento: conhecimento (noticia)

> *De fato, sem fé é impossível agradar a Deus, porquanto é necessário que aquele que se aproxima de Deus creia que ele existe e que se torna galardoador dos que o buscam.*
>
> Hebreus 11:6

Um mínimo de conhecimento —*noticia* ou *notitia* em latim— é necessário para se aproximar a Deus. Na linguagem da informática este elemento se chama "dados". Um computador não pode operar sem dados, igualmente a mente humana.

Não podemos crer em algo a não ser que saibamos que existe. Tampouco podemos confiar em algo se ignoramos seu propósito. Um homem primitivo,

desconhecedor dos automóveis, não viajaria pedindo carona. Inclusive se soubesse que os carros existem, deve saber o que fazer.

Da mesma maneira, um conhecimento factível de algo deve conter dois elementos: conhecimento de sua existência e um mínimo conhecimento de seus atributos. Para poder confiar em Deus, é necessário saber que existe. No entanto, este conhecimento poderá ser insuficiente para confiar nEle. Isto é, se necessita informação acerca de seu caráter e seu poder. Abraão contava com esse mínimo conhecimento... Deus, em quem ele creu (Romanos 4.17).

Paulo não se detém a explicar como soube Abraão da existência de Deus ou de seus atributos. Esse conhecimento pôde ter sido por revelação natural ou alguma tradição religiosa. Indiferente a tais suposições, Abraão teve que confrontar duas realidades opostas:

A. Impossibilidade material:

... embora levasse em conta o seu próprio corpo amortecido, sendo já de cem anos, e a idade avançada de Sara (Romanos 4.19).

B. A promessa, juntamente com o conhecimento dos atributos de Deus:

Por pai de muitas nações te constituí (Romanos 4.17).

Antes de receber esta promessa, Abraão esperava poder ter um filho. O Que foi que transformou a esperança em fé? A promessa divina (Romanos 4.16).

A promessa foi informação concreta, dados válidos, para poder trabalhar. A fé, baseada na promessa, dá substância à esperança. Assim é o diz o escritor de Hebreus:

...a fé é a certeza de coisas que se esperam...
Hebreus 11:1

Em alguma ocasião usei um tipo de cola que vem em dois tubos. Nenhum dos dois elementos serve como cola, antes que se misture entre si. Juntos, se transformam num adesivo muito forte.

Isto é o que acontece quando se junta a promessa divina com nossas esperanças. A promessa é o catalisador indispensável que compromete nossa razão e dá como resultado a fé.

Abraão fazia relação entre suas limitações físicas com o poder de Deus sobre elas e deduziu corretamente que os impedimentos, inclusive a morte, são irrelevantes para Deus. Isto implica ainda ao tempo.

> *...o Deus que vivifica os mortos e chama à existência as coisas que não existem* (Romanos 4.17).

Segundo elemento: a razão (assensus)

> *... E, sem enfraquecer na fé, embora levasse em conta o seu próprio corpo amortecido* (Romanos 4. 19).

Abraão comprometeu sua razão quando deu prioridade à promessa de Deus sobre suas limitações físicas (sua idade avançada e a infertilidade de Sara). Tinha sentido (assensus) confiar que Deus cumpriria a promessa, porque Abraão sabia (noticia) que Deus têm o poder de vencer todos os impedimentos. A habilidade para poder conectar todos esses pontos é o que chamamos razão.

Tenho encontrado místicos que tendem banalizar o conhecimento ou lhe dá menos importância. Incomodam-se ao escutar que tais elementos são imprescindíveis na fé. Os místicos crêem que suas experiências religiosas pessoais são mais substanciais e espirituais. Pois não é assim.[liii]

O conhecimento e a razão são inseparáveis da fé bíblica, a qual não poderia operar sem eles, seria igual a um computador sem o software.

Terceiro elemento: A confiança em Deus (fiducia)

> *Estando plenamente convicto de que ele era poderoso para cumprir o que prometera* (Romanos 4.21).

Os dois primeiros elementos, conhecimento e razão, nunca salvaram ninguém, pois são nada mais que um consentimento meramente mental. Este consentimento é uma condição necessária, ainda que insuficiente.

Sproul comenta:

> "Tiago o captou quando escreveu: 'Tu crês que há um só Deus? Fazes bem; também os demônios o crêem e estremecem' (2:19). A pena do apóstolo destila ironia, quando destaca que os dois primeiros elementos da fé salvadora não garantem a salvação. Não qualificam para ser outra coisa que um demônio".

Em algum momento, Abraão decidiu confiar que Deus cumpriria sua promessa. Isto saiu do mais profundo do seu ser, chegando estar totalmente persuadido. Foi um compromisso pessoal que envolvia cada fibra de seu ser; primeiro sua razão e depois sua vontade. Não foi uma decisão superficial, pois a tomou apesar de toda lógica, decidindo ignorar que seu corpo era quase morto.

Esse tipo de confiança e compromisso pessoal é a *fiducia*. Nada superficial. Figurativamente, se lançou de cabeça na promessa de Deus, sem levar em conta nenhum outro fator, sejam circunstâncias externas como possibilidades internas. Esta é a fé que justifica. Nenhum outro tipo de fé é suficiente.

E as obras onde entram?

Na Bíblia se contrasta a fé com as obras no que diz respeito à salvação, mas as une de maneira inseparável enquanto o viver cristão. Um exemplo destacável disto é Efésios 2:8-10:

> *Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie. Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas.*

Sim, somos salvos pela graça, por meio da fé sem obras. Mas, com que propósito? Para fazer boas obras. Se trata duma mera exortação para manter-nos ocupados e realizar boas obras? Não. É uma declaração de que as boas obras são inevitáveis..., *as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas.* A fé genuína não pode falhar em produzir obras, da mesma forma que não pode falhar em dar-nos a justificação. É Deus mesmo que nos garante.

O que foi exposto no parágrafo anterior, era o que os reformadores tinham como lema: PELA FÉ SOMENTE, MAS NÃO UNICAMENTE A FÉ.

Quando uma embarcação abre caminho pelas águas, deixa seu rasto escumoso. Isto não é uma parte da embarcação, mas é o resultado inevitável do seu movimento pelas águas. Assim mesmo é a relação que existe entre a fé e as boas obras.

Não tem sentido questionamos: o que acontece se um cristão não produz boas obras? Seria o mesmo que perguntar: "O que acontece se uma embarcação não deixa atrás de si seu rasto escumoso?" Obviamente a resposta a esta última pergunta seria: Tal embarcação não existe.

Igualmente se deve responder à primeira pergunta: Tal tipo de cristão não existe.

As confissões reformadas reconhecem a conexão inevitável entre fé e obras. *A Fórmula da Concórdia* (Luterana) de 1577 reza:

> "Certamente, sem dúvida alguma, as boas obras são fruto da fé verdadeira, se não é uma fé morta, senão viva, como frutos de uma boa árvore". Cap. 4, Art. 1.

A Confissão de fé de Westminster de 1648, convém que:

> "Estas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são o fruto e as evidências de uma fé viva e verdadeira;..." Cap. XVI, Art. II.

Tiago e Paulo: Uma aparente contradição

> *Porque, assim como o corpo sem espírito é morto, assim também a fé sem obras é morta.*
> Tiago 2:26

Parece que Tiago estava ensinando **que a fé mais as obras é igual à salvação**. Se fosse assim, teríamos um sério problema, Tiago estaria contradizendo Paulo e, pior ainda, estaria contradizendo a si mesmo.

Em Atos 15, o Concílio de Jerusalém teve que confrontar uma controvérsia com respeito à doutrina, quando certos fariseus convertidos começaram a ensinar que *os gentios deviam ser circuncidados e seguir a lei de Moisés* (v. 5). O debate registra as refutações feitas pelos dois apóstolos: Pedro e Tiago.

Primeiro constam as observações de Pedro, que declara que foi testemunha de que os gentios se salvaram pela fé somente: *e não fez diferença alguma entre eles e nós, purificando o seu coração pela fé* (v. 9 RC). Logo explica por quê não tem sentido mandar os gentios que guardem a lei de Moisés que era *um jugo que nem nossos pais nem nós podemos suportar...*(v. 10). Nós, sendo judeus, não pudemos mantê-lo, disse Pedro. Como se pode exigir dos gentios?

Logo Pedro termina com um comentário decisivo: *Mas cremos que fomos salvos pela graça do Senhor Jesus, como também aqueles o foram* (v. 11). Pedro estabelece que a salvação é por meio da graça de Cristo, pela fé, sem as obras da lei.

Logo depois da intervenção de Pedro, Tiago dá seu discurso, no qual respalda a apresentação de Pedro (v.14). Concordando plenamente com Pedro, e inclusive cita um versículo como apoio. Logo se faz eco do pensamento final de Pedro acerca de requerer aos gentios manter a lei, e acrescenta que não devemos trazer problema aos gentios (v.19). Finalmente dá uma observação importante acerca do TESTEMUNHO:

> *mas escrever-lhes que se abstenham das contaminações dos ídolos, bem como das relações sexuais ilícitas, da carne de animais sufocados e do sangue. Porque Moisés tem, em cada cidade, desde tempos antigos, os que o pregam nas sinagogas, onde é lido todos os sábados.*
> Atos 15:20-21.

Por que se preocuparia Tiago sobre o que se pregava na sinagoga se os convertidos em questão eram gentios? Há de recordar que o relatório missionário de Paulo se deu entre o discurso de Pedro e o de Tiago. Muitos dos convertidos eram prosélitos gentios, os quais Paulo ganhou para Cristo nas sinagogas. Indubitavelmente, destes novos convertidos haviam vários relacionados entre os judeus devotos. Tiago se preocupava da opinião que eles tinham sobre o evangelho, pois podiam interpretá-lo mal, como um abandono licencioso das leis santas de Deus.

Se lembramos da observação de Tiago acerca do TESTEMUNHO, muitíssimo se esclaresse o texto de Tiago 2 sobre a fé e as obras. Explicam-se cláusulas como: *Mas alguém dirá: Tu tens fé, e eu tenho obras; mostra-me essa tua fé sem as obras, e eu, com as obras, te mostrarei a minha fé* (v. 18). *E qualquer dentre vós lhes disser: Ide em paz, aquecei-vos e fartai-vos, sem, contudo, lhes dar o necessário para o corpo, qual é o proveito disso? (v.16).*

No contexto, Tiago não diz nada acerca da justificação dos pecadores nem de perdão dos seus pecados. Tiago **não** se refere que a **fé mais as obras é igual à salvação.**

Quando Paulo usa o exemplo de Abraão para ilustrar este ponto, se refere ao dia em que este fora justificado por sua fé, ao crer em Deus que fez a promessa de um filho (Gênesis 15:6).

Tiago também se refere ao exemplo de Abraão, mas em outra instância e ocasião...quando Abraão ofereceu o seu filho Isaque. Alguns eruditos pensam que isso ocorreria uns treze ou catorze anos depois de que fora justificado pela fé, em Gênesis 15:6. Não se pode conhecer a idade exata de Isaque nessa ocasião. Sabemos que era o suficientemente maior como para carregar a lenha subindo ao monte, em quantidade suficiente como para

queimar uma oferenda. Ao mesmo tempo foi conversando com seu pai sobre o assunto. Não poderia ter menos de uns doze anos.

Recorde que "justificar" não significa "ser feito justo," senão "vindicar" ou "declarar justo." Sabemos que Abraão queria um filho. Seria acaso que utilizava a Deus para obter seu desejo? Este ato de oferendar Isaque e entregá-lo de volta a Deus, vindica a realidade de sua confiança (*fiducia*).

Assim é como Abraão, sendo já amigo de Deus, foi "justificado". Foi o genuíno de sua fé ao oferecer Isaque o que o "justificou", no sentido de "vindicar".

O autor de Hebreus afirma ao chamar o incidente com Isaque uma "prova":

> *Pela fé, Abraão, quando posto à prova, ofereceu Isaque;...*
> Hebreus 11:17

Deus não prova a fé dos inconversos, pois eles não a têm. É a fé dos crentes que Ele prova. Através desta, nossa fé amadurece e se aperfeiçoa (Tiago 2:22). Isso foi o que aconteceu a Abraão. Sua obediência conseguiu duas coisas: distinguiu sua fé como verdadeira e lhe ajudou a amadurecer na fé.

Os seres vivos se movem e crescem. Os mortos não fazem nada. Igualmente com a fé salvadora: obra e cresce. Isso é o que quer dizer Tiago quando escreve que a fé sem obras é morta (v.26).

Vendo-o desta maneira, Romanos 4 e Tiago 2 são capítulos irmãos, como imagens de um espelho entre si. Percebem o mesmo tema desde ângulos opostos.

O *Dicionário Evangélico* o resume magnificamente:

> "Em Tiago 2:21,24-25 sua referência é a prova da aceitação de Deus a um homem, dada quando suas ações mostram que ele teve o tipo de fé viva e ativa, à qual Deus imputa sua justiça... A justificação que preocupa Tiago não é a da original aceitação de Deus ao crente, senão a subseqüente vindicação de sua profissão de fé através de sua vida."[liv]

Hendricksen, enquanto a Tiago 2:14, concorda que:

> "Tiago não inquere nem determina como é justificado um pecador diante de Deus, senão como os que professam o evangelho podem demonstrar ou provar com sua fé que são justificados."[lv]

Calvino expressa:

> "Tiago não discute sobre o modo da justificação, senão que requer que a justificação dos crentes seja operativa."[lvi]

CONTRASTE ENTRE PAULO E TIAGO
(Romanos 4 e Tiago 2)

Paulo fala de...	Tiago se refere a...
Como se obtém a salvação.	Como se prova que uma pessoa é salva.
O contraste entre fé e obras.	O contraste entre fé viva e fé morta.
Como a fé exclui as boas obras ao converter-se.	Como as boas obras amadurece a fé do cristão.
Como o ímpio pode ser declarado justo.	Como o justo pode ser santificado.
Por que através das boas obras a pessoa não consegue a salvação.	Por que a falta de obras prova que a pessoa não tem fé.
Uma fé viva que salva a pessoa.	Uma fé morta que não salva a pessoa.
A condição para ser salvo.	As conseqüências da salvação.
Como ser perdoado.	Como atuam os que já foram perdoados.
Nossa posição legal ante Deus.	Nossa posição ante os demais.
Como a fé confere justiça ao ímpio.	Como cresce a fé do crente.
Dependentes só de Cristo como crentes obedientes.	Nosso testemunho ante os demais.

Hendricksen, com respeito a Tiago 2:14, concorda:

> "Diz Paulo uma coisa e Tiago outra? De nenhuma maneira... Tiago explica o lado ativo da fé, e Paulo o lado passivo... Tiago dirige seus comentários à pessoa que diz que tem fé, mas falha a não pô-la em prática."[lvii]

Resumo

A fé salvadora contém três elementos, de acordo com Tiago 2 e Romanos 4: Conhecimento, razão e confiança em Deus. Ainda que os primeiros dois são necessários, no entanto a confiança é o ingrediente ativo. Ainda que a *fé somente* é o veículo da justificação, a fé genuína sempre resulta em obediência. Os apóstolos Paulo e Tiago concordam nisto, empregam o exemplo de Abraão, desde diferentes perspectivas.

Neste capítulo aprendemos

1. A fé que justifica contém três elementos: o conhecimento, a razão e a confiança em Deus. Os termos teológicos para os mesmos são: *noticia, assensus* e *fiducia.*
2. Ainda quando a fé exclui as obras como veículo da justificação, estas são inevitavelmente conseqüência de uma fé viva.
3. A aparente contradição entre Tiago e Paulo se resolve mediante os seguintes dados:
   A. Tiago e Paulo usaram diferentes incidentes na vida de Abraão para ilustrar diferentes propósitos.
   B. Paulo se refere a Abraão antes de sua justificação pela fé, enquanto que Tiago se refere a um incidente posterior.
   C. Paulo diferencia entre fé e obras. Tiago distingue, por outro lado, entre fé verdadeira e fé morta.
   D. Paulo centra-se principalmente no testemunho do homem ante Deus, enquanto que Tiago enfoca-se no testemunho ante os demais.

PERGUNTAS DE ESTUDO

1. Descreva os três elementos básicos da fé que justifica e porque cada um é essencial.

2. Durante a Reforma, qual era o lema que se referia à relação correta entre a fé e as obras?

3. Explique por que o enunciado de Tiago de que *a fé sem obras é morta* não ensina que a salvação é parcialmente por obras e parcialmente por fé.

Perguntas acerca da *Confissão de fé de Westminster*:

4. De acordo com o capítulo I, Quais as três coisas que NÃO são imputadas ao crente?

5. Como se define a fé no artigo II ?

6. Quais são dois atos que Cristo realizou para satisfazer a justiça do Pai, de acordo com o artigo III ?

7. Quais são os dois atributos de Deus que se glorificam na justificação do pecado, de acordo com o artigo III ?

8. Segundo o artigo IV, A quem Deus declara justificado?

9. De acordo com o artigo V, o que pode acontecer àqueles que são justificados e o que não pode acontecer-lhes.

10. Explique a relação dos crentes sob o Antigo Testamento com a justificação, de acordo com o artigo VI.

Capítulo 7

Os benefícios

Já temos visto, em lições anteriores, os elementos que compõem a justificação: o perdão de pecados e a imputação da justiça de Cristo. Nesta lição, observaremos suas duas conseqüências imediatas mais relevantes: a adoção e a vida eterna.

A adoção significa que Deus nos aceita como seus filhos. Em Gálatas, onde o tema é a justificação, Paulo explica como se constitui a adoção no benefício central da justificação, posto que nos faz filhos de Deus.

> *vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos. E, porque vós sois filhos, enviou Deus ao nosso coração o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai! De sorte que já não és escravo, porém filho; e, sendo filho, também herdeiro por Deus.*
> Gálatas 4:4-7

Berkhof resume perfeitamente o conceito de adoção:

> "Os crentes são os primeiros de todos os filhos de Deus por adoção... Esta adoção é um ato legal, em que Deus coloca o pecador na posição de filho... em virtude de sua adoção, os crentes são como iniciados à família de Deus, entram sob a lei da obediência filial, e ao mesmo tempo têm direito a todos os privilégios de filhos. De acordo com Tito 3, a justificação é a base na qual descansa o dom da vida eterna." [lviii]

Ainda que a regeneração (o novo nascimento) é essencial, não constitui a base da vida eterna. A regeneração é o derramamento preliminar do Espírito Santo para preparar uma pessoa de modo que seja justificada pela graça, a fim de que tenha vida eterna. Isto exclui qualquer justiça própria. Nem nosso grau de obediência pessoal nem nossas boas intenções são razões pelas quais podemos manter nossa justificação. A mantemos por três razãoes:

A. A sentença de condenação que merecemos por nossos pecados passados, presentes ou futuros foi remetida.
B. A justiça de Cristo é agora nossa.
C. Fomos adotados como filhos de Deus.

Existe algo, que podemos fazer, que chegue a rivalizar com estas três coisas pelas quais o Pai continua aceitando-nos?

Para divertir-nos um pouco...

Vinte uma formas de perder a justificação:

Que teria de ser verdade quanto à justificação para poder perdê-la?

Poderia perder a justificação:

Se Cristo mesmo não fosse nossa justiça.

Mas vós sois dele, em Cristo Jesus, o qual se nos tornou, da parte de Deus, sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção.
1 Coríntios 1:30

Se a justiça de Cristo não fosse a total substituição da nossa.

...não tendo justiça própria...
Filipenses 3:9

Se a justificação fosse algo feito por nós mesmos.

...É Deus quem os justifica.
Romanos 8:33

Se nossa justiça fosse conquistada e não um dom de graça.

...muito mais os que recebem a abundância da graça e o dom da justiça reinarão em vida por meio de um só, a saber, Jesus Cristo.
Romanos 5:17

Se Deus pudesse ser convencido de aceitar acusações contra quem já foram justificados.

Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica..
Romanos 8:33

Se nossa justiça procedesse de nós mesmos e não de Deus.

... justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo, para todos e sobre todos os que crêem; porque não há distinção.
Romanos 3:22

Se a justificação não fosse um decreto legal de Deus.

tendo em vista a manifestação da sua justiça no tempo presente, para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus.
Romanos 3:26

Se os decretos de Deus pudesse mudar.

porque os dons e a vocação de Deus são irrevogáveis.
Romanos 11:29

Se agora nossos pecados tivesse o poder de anular a justiça de Cristo, quando antes não constituiram obstáculo (para ela).

bem-aventurado o homem a quem o Senhor jamais imputará pecado.
Romanos 4:8

Se nossa fé, que pode cambalear, fosse nossa justiça.

...não tendo justiça própria...
Filipenses 3:9

Se a fé genuína não produzisse obediência.

Porque, assim como o corpo sem espírito é morto, assim também a fé sem obras é morta.
Tiago 2:26

Se nosso coração fosse purificado por algum meio diferente da fé.

...purificando-lhes pela fé o coração..
Atos 15:9

Se se pudesse mostrar que Deus não glorificará aos que justifica.

...e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou..
Romanos 8:30

Se alguns em Cristo seguem a carne e não o Espírito.

...que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito..
Romanos 8:4

Se a justificação se baseasse em algo que não fosse a graça.

a fim de que, justificados por graça, nos tornemos seus herdeiros, segundo a esperança da vida eterna..
Tito 3:7

Se a justificação não resultasse em um compromisso com a retidão.

Mas graças a Deus porque, outrora, escravos do pecado, contudo, viestes a obedecer de coração à forma de doutrina a que fostes entregues.
Romanos 6:17

Se Cristo cumprisse só uma parte dos requerimentos da justiça da lei, deixando o resto para que nós o cumpríssemos.

... *a fim de que o preceito da lei se cumprisse em nós....*
Romanos 8:4

Se a justificação não fosse gratuita.

...sendo justificados gratuitamente, por sua graça...
Romanos 3:24

Não o emociona tudo isto?

Este exercício é para aqueles cuja preocupação freqüente é: "Crê você que uma vez salvo, o é para sempre?" Uma boa resposta é: "Creio que se uma pessoa foi justificado, o é para sempre". Se a pessoa está insegura do que significa a palavra "justificar," é uma ocasião propicia para dar-lhe a explicação necessária.

Assim crê a *Confissão de fé de Westminster*

Deus continua a perdoar os pecados dos que são justificados. Embora eles nunca poderão decair do estado de justificação, poderão, contudo, incorrer no paternal desagrado de Deus e ficar privados da luz do seu rosto, até que se humilhem, confessem os seus pecados, peçam perdão e renovem a sua fé e o seu arrependimento.
Capítulo XI, Art. V.

Numa corte legal ninguém pode ser condenado sem um juízo. Este não pode ser dado antes que a corte receba a acusação. Esta é a "acusação judicial". Se o juiz não dá trâmite a esta acusação, não se abre o juízo.

Isso é precisamente o que o Senhor faz com respeito aos crentes. Podemos imaginar o diabo aproximando-se ao trono de Deus. Imaginemos Satanás dizendo: "Te conto o que fez teu filho Henrique! Ele..." Deus lhe interrompe. "Como te atreves a vir ante minha presença e trazer acusações contra meus filhos? Como? Se eu declarei meu Filho não culpado, de uma vez e para sempre! Fora daqui!"

Termina aí a conversa? Não. Depois de o diabo ir embora, Deus diz: "Henrique, escute-me um momento. Há algo que devemos discutir".

Isto significa que Deus declara que não temos cometido nada mal? Não! Deus nunca nega os atos. O que significa é que Deus já não é "juiz" nosso nunca mais. Agora é nosso "Pai" para sempre.

É por isso que a Bíblia não chama "pecadores" os cristãos. Os chama de santos e escolhidos, não porque não tenham pecado, senão porque sua justiça é a de Cristo.

Quando Paulo nos assegura que estamos livres de condenação, não nega que a corrupção continue presente em nós. O que faz é recalcar que o castigo que merecíamos foi remetido.

Por que a Bíblia não responde a pergunta?

Por anos, me intrigava tanto a questão do porquê a Bíblia não mencionar diretamente se um cristão pode perder sua justificação. Só seria necessário um versículo.

No entanto, logo depois de estudar e compreender melhor a justificação, também pude encontrar a resposta: A pergunta passa por alto a definição de cristão segundo a Bíblia, assim como o significado da salvação. Quando se tem visto e entendido que a justiça de Cristo é imputada a nós, através de um decreto judicial permanente, se resolve o enigma.

Mas é inevitável que alguém pergunte: "Se uma pessoa é salva e em algum momento comete assassinato e adultério, durante uma bebedeira e logo morre, iria ao céu?"

Esta pergunta não é uma verdadeira interrogação. Quando existem elementos mutuamente excludentes numa oração, esta não é válida. Seria como perguntar: "Como soa um aplauso com uma só mão? Ou o que é um círculo quadrado? Ou se um pecador é santo, iria ao céu?" A resposta: Nenhuma destas são perguntas válidas porque as definições de seus termos se excluem mutuamente.

Não importa se o disparate é em forma de pergunta, de enunciado ou de um exemplo. O mesmo acontece com o que esboça: "Pode o cristão perder sua salvação?" Um disparate sempre é um disparate.

Portanto, a razão pela qual a Bíblia não trata sobre a pergunta, de se um cristão poder perder a salvação é porque não trata sobre disparate algum.

Quando uma pessoa justificada é guiada pelo Espírito, com sua mente posta nas coisas do Espírito, tem uma fé viva que obedece a Deus, pois, por definição, não vive depravadamente.

Isto significa que podemos desobedecer e continuar sendo salvos?

Certamente! Pecamos, em algum grau, cada dia. Nenhum de nós obedece de maneira perfeita.

Porém, voltando à pregunta. Isto significa que Deus aceita nossa obedência imperfeita como uma condição para continuar sendo salvos? Ao dizer que sim, devemos responder à seguinte questão: "Onde, na Bíblia, se diz que Deus aceita obediência imperfeita?" Ou acaso estamos sugerindo que nossa salvação se baseia em nossa imperfeita obediência?

Uma vida de carnalidade é outro assunto. Ainda que nossa obediência não seja perfeita, desejamos uma vida obediente. Lutamos diariamente contra a natureza pecaminosa que trata de controlar-nos. Se é esse o caso, por que incomodar-se em perguntar se um cristão pode perder sua justificação?

> *Por isso, o pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar.*
> Romanos 8:7

> *Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito, se, de fato, o Espírito de Deus habita em vós. E, se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele.*
> Romanos 8:9

A justificação rompe o elo entre o pecado e a condenação.

Ordinariamente, o pecado implica condenação. Depois de tudo, produz morte (Tiago 1:15). O propósito completo da justificação é romper esse elo.

De acordo com Paulo, é o pecado que Cristo condena, não o cristão.
Antes o pecado nos condenava. Agora, é o pecado mesmo o condenado.

***

Antes o pecado nos condenava.
Agora, é o pecado mesmo o condenado.

***

Se se pudesse perder a justificação por causa do pecado, quanto pecado e de que tipo seria? Poderia perder a salvação por uma mentira "branca" ou por propagar boatos? Em nenhum lugar da Bíblia se insinua que alguns pecados mereçam a condenação e outros não.

Ao sustentar que um cristão pode perder sua justificação, teríamos que aternos a uma lista dupla de pecados: aqueles que condenam versus aqueles que não. O qual nos levaria ao conceito de pecado mortal e pecado venial. Este tipo de distinção não se encontra na Bíblia, tampouco se encontra alguma chave sobre quais pecados não merecem condenação.

Eis aqui o dilema: Dizer que nossa obediência pessoal é a condição para manter a salvação, o provoca. Nos referimos à obediência perfeita ou obediência imperfeita? Se a resposta é: "A perfeita obediência", então, quem poderia ser salvo? Ninguém é perfeito. Se a resposta é: "A obediência imperfeita", então deveríamos contestar, onde na Escritura se encontra que Deus aceite a obediência imperfeita para algo.

O dilema se resolve quando a perfeita obediência de Cristo entra em jogo.

> *Acheguemo-nos, portanto, confiadamente, junto ao trono da graça, a fim de recebermos misericórdia e acharmos graça para socorro em ocasião oportuna..*
> Hebreus 4:16

Resumo

O conhecimento da justificação deveria levar-nos a uma maior experiência de paz, amor e gozo pelo Espírito Santo. Sendo que é um decreto divino, é permanente. Sua essência é a justiça de Cristo imputada a nós, não a nossa.

A justificação corta de uma vez por todas a conexão entre o pecado e a condenação.

Neste capítulo aprendemos

1. Nossa aceitação contínua como filhos de Deus se baseia na justificação, não no que façamos ou deixemos de fazer. Deus continua aceitando-nos, não por nosso desempenho como cristãos, senão pela justiça de Cristo na justificação.
2. A justificação somente se poderia perder se se baseasse em outra justiça que não seja a de Cristo mesmo.
3. A Bíblia não responde diretamente à pergunta de se um cristão pode perder sua salvação porque já está repondida na natureza da própria justificação.
4. A justificação rompe o elo ordinário entre o pecado e a condenação.

PERGUNTAS DE ESTUDO

1. Dê várias razões que nos entusiasmam acerca da justificação.

2. Dê cinco razões quanto o porquê da justificação ser permanente.

3. Explique como a justificação rompe o elo existente entre o pecado e a condenação.

Capítulo 8

A doutrina católica romana da justificação

> "Se alguém disser que somente pela fé o ímpio é justificado... seja anátema".
>
> Concílio de Trento, 1545 D.C., Canon IX.

Há alguém em GRAVES problemas!

A Igreja Católica Romana joga uma maldição divina a qualquer um que ensine que a justificação é somente pela fé. A palavra "anátema" —na citação mencionada— significa "maldito".

Esta palavra se encontra em Gálatas 1:8-9 quando Paulo denuncia aqueles que ensinam um evangelho diferente. "Anatematizar" alguém significa declarar que seus ensinamentos são tão perniciosos, que Deus não o reconhece como cristão. Na *Nova Versão Internacional*, "anátema" se traduz, *que caia sob maldição!*

Apesar disso, os evangélicos continuam confusos acerca da posição de Roma, quanto à justificação. Isto se deve a que em ocasiões, alguns católicos estudados dizem que crêem na justificação somente pela fé. *Fide*, SIM. *Sola Fide*, NÃO. No entanto, o problema é muito mais profundo que a mera ausência da palavra SOMENTE. Esta é uma mínima parte, quando examinamos os usos que o catolicismo faz das palavras "justificação" e "fé".

Licor em mamadeira

Encher uma mamadeira com licor não é necessariamente mal. Porém, sim, seria mal, e muito mal, dar uma mamadeira a alguém dizendo-lhe que contém leite. Isto exemplifica algo que acontece freqüentemente em Teologia. Os teólogos pegam as palavras, as esvaziam do significado original, põem os seus próprios conteúdos e as passam como legítimas. Um bom nome para isto é manipulação semântica (semântica: "refere-se ao significado da linguagem").[lix] Isto faz com que as pessoas aceitem uma idéia que normalmente recusaria, ao mudar as definições. Para definir justificação, o catolicismo despoja cada palavra de seu conteúdo escritural e proporciona o seu próprio.

Roma define a justificação[lx]

O catolicismo considera a justificação como um processo de duas etapas. Na primeira, o batismo lava os pecados e infunde na alma uma justiça parcial. Esta infusão de justiça parcial concede certa medida de "graça" que ajuda a pessoa ganhar a vida eterna com boas obras durante a segunda etapa. Esta infusão é parcial porque os adultos possuem certo grau de mérito próprio, já que ninguém é completamente mau. No pensamento católico, a justiça de Cristo é um suplemento à nossa.

A primeira etapa não concede realmente a vida eterna, só o perdão de pecados. Esta obra preparatória coloca a pessoa em estado moral que lhe permite "melhorar" a graça batismal que recebeu. Também o permite ganhar graça adicional para salvação.

Esta primeira etapa, recebida no batismo, coloca a pessoa em "estado de graça". Deus lhe aceita como inocente, porque seus pecados são perdoados. Deus lhe reconhece como inerentemente justo, devido a uma justiça parcial que se infundiu neste ser.

Os teólogos católicos se referem à segunda etapa como o "segundo plano".[lxi] O crente emprega a "graça" para ganhar a vida eterna."[lxii] "Graça," na terminologia católica, significa ajuda divina para suplementar nossa fraca condição humana.[lxiii]

A vida eterna se pode perder ao cometer pecado mortal,[lxiv] por exemplo adultério, glutonaria ou roubo. Isto é "cair do estado da graça". No entanto, a justificação se pode recuperar por meio do "Sacramento Penitencial". Com este sacramento o sacerdote impõe as boas obras necessárias para satisfazer a justiça divina e recuperar a justificação.[lxv]

Os pecados veniais, no entanto, são removidos mediante a caridade e o amor (para isto não é necessário o sangue de Jesus).

> *... a caridade limpa os pecados veniais.*[lxvi]

Roma deixa absolutamente claro que a justificação não é a base da segurança nesta vida para ser salvo.

Temos visto que os protestantes reconhecem três qualidades da justificação, as quais são: segurança, eqüidade e a impossibilidade de perdê-la.

Diametralmente opostas a estas qualidades são as que o Concílio de Trento defende (Seção VI, cap. 9-11): insegurança (*incertidudo*), desigualdade (*inaequalitas*), possibilidade de perdê-la (*ammisibilitas*).[lxvii]

Reações dos protestantes

Para os protestantes, esse tipo de ensinamento é uma atrocidade. Não é de surpreender-se que os reformadores tenham reagido com tanta veemência, à medida que redescobriam o Evangelho bíblico.

Nossa documentação para cada ponto provém de três fontes católicas autorizadas: o *Catecismo Católico*, o *Concílio de Trento* e a *Enciclopédia Católica*. Se pode encontrá-las na Internet, em vários idiomas.[lxviii]

O batismo: causa instrumental

Os teólogos católicos são intransigentes quanto ao batismo como causa instrumental da etapa inicial da justificação.

> *Se outorgar justificação no batismo...*[lxix]
>
> Se *concede* (a justificação) *por meio do batismo.* [lxx]

O catolicismo rejeita *sola fide*, aberta e agressivamente, declarando que é uma invenção dos reformadores e não um ensinamento das Escrituras ou dos Pais da Igreja.[lxxi]

(James Buchanan, refuta esta afirmação católica de que a *sola fide*, foi desconhecida pelos pais da Igreja Primitiva). [lxxii]

Perspectiva católica da fé para a justificação

A fé para a justificação, em terminologia católica, significa nada mais que um acordo mental com os dogmas da Igreja. [lxxiii] Entre os teólogos diferem em quais seriam exatamente os dogmas necessários.[lxxiv] Roma zomba abertamente da "fiducia" (confiança pessoal) como necessária para a justificação. [lxxv]

Quando os teólogos católicos afirmam que a fé é necessária para a justificação, não se referem que uma confiança pessoal em Cristo é essencial. Tampouco querem dizer que a fé seja suficiente, nem sequer por sua própria definição de fé. São também necessários o batismo e as boas obras. A fé é uma condição necessária para ser justificado, porém não a única. Só serve para fazer possível o batismo.

Os infantes são um caso separado. Segundo o catolicismo, o batismo infantil lava o pecado original, já que eles não têm nenhum pecado pessoal. [lxxvi]

Uma pessoa ao receber o batismo católico deve fazê-lo crendo que este lava seus pecados. Além do mais, deve fazê-lo aprovando os ensinamentos da Igreja Romana. Isto é o que Roma entende por justificação pela fé.

A *Enciclopédia Standard da Bíblia* salienta adequadamente, que na Escritura, somente Jesus Cristo é o objeto da fé na justificação:

> *O objeto desta fé é Cristo Jesus* (Romanos 3:22, etc.). *Os que recebem a abundância da graça e do dom da justiça reinarão em vida por meio de um só homem: Jesus Cristo* (Romanos 5:17)*...não por meio da Virgem, não por meio dos anjos, ou da doutrina, ou da Igreja, senão só por Cristo.*[lxxvii]

A justificação como um processo: Rechaço católico à perspectiva forense

> *Cada alma adulta... deve, com o fim de chegar ao estado de justificação, passar por um período curto ou longo de justificação, similar ao desenvolvimento gradual do bebê no ventre materno.*[lxxviii]

Ao declarar que a justificação é um processo, o catolicismo rechaça a perspectiva judicial ou forense estudada no segundo capítulo. A *Enciclopédia Católica* intitula o tema: *Processo de justificação.* [lxxix]

Por que? Porque, até certo grau, o verbo latino *justificare* significa "fazer justo."[lxxx] A Vulgata, traduzida por Jerônimo no século IV, é a Bíblia oficial da Igreja Católica. Nela se traduz o grego original *dikaioo* como *justificare*.[lxxxi]

Acaso, os teólogos católicos ignoram o significado, no original grego, da palavra *dikaioo*? Não completamente. Eles concordam com tal significado, porém não o trasladam à imputação bíblica da justiça de Cristo a nós. Isto tem a ver com a idéia de "infusão" de justiça, que estudaremos na seguinte seção.

O catolicismo fala acerca de uma justiça "inerente", pela qual Deus "declara" algumas pessoas justas. Uma vez batizado, o indivíduo recebe uma infusão parcial de justiça, que lhe permite fazer boas obras para salvação. Esta justiça é interior e "inerente" na pessoa, não "imputada" a ela.

Deste modo, quando os teólogos católicos admitem que *dikaioo* significa "declarar justo", o que querem dizer é que Deus meramente observa a justiça pessoal de um indivíduo e declara os fatos do caso como Ele os vê. Deus "declara" a pessoa justa, porque é o que ela é. [lxxxii]

No Novo Testamento, o conceito de justiça "inerente" não se encontra nem no termo *dikaioo* (justificar) nem no *logizomai* (imputar).

(Para uma magnífica explicação deste ponto, ver o Apêndice A da International Standard Bible Encyclopedia).

O catolicismo confunde justificação com regeneração e santificação. Essa é a razão pela qual vê a justificação como um processo. [lxxxiii] Não compreendem o *ordo salutis* (ordem dos eventos da salvação) bíblico. A Bíblia coloca a regeneração antes da justificação (Tito 3:4-7) e a santificação sua acompanhante (1 Tessalonicenses 5:24).

Um escritor católico tenta provar que a imputação significa "infundido," não somente "imputado." O faz por meio de uma lista de citações bíblicas que, a primeira vista, resulta impressionante. Porém, ao observá-la detidamente, pude notar que quase todos os textos tratam acerca da santificação e da regeneração, e não da justificação.[lxxxiv]

Este é um raciocínio circular. Ditos versos só são válidos se se admite que a santificação e a regeneração são partes da justificação. O apóstolo Paulo não concedeu que o fosse, e nós não devemos concedê-lo tampouco.

Ainda que a regeneração e a justificação estão muito relacionadas, a Bíblia estabelece uma distinção entre elas.

> *...mas vós vos lavastes, mas fostes santificados, mas fostes justificados em o nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus.*
> 1 Coríntios 6:11

Alguns teólogos católicos levam a confusão um pouco mais longe: baseiam a justificação na santificação, pondo esta como fundamento da vida eterna.[lxxxv] O que contradiz Tito 3:7 :

> *a fim de que, justificados por graça, nos tornemos seus herdeiros, segundo a esperança da vida eterna.*

Na teologia bíblica, Deus nos justifica legalmente, fazendo possível nossa santificação na experiência pratica. O catolicismo muda o conceito, ao não fazer distinção entre o legal e o vivencial.

***

Deus nos justifica legalmente,
fazendo possível nossa santificação na prática.
***

Definição católica de imputação

Ainda que os teólogos católicos reconheçam *logizomai* (imputar) como uma transação legal, no entanto insistem em que também significa "infundir."[lxxxvi]

Isto é porque o catolicismo rechaça a natureza judicial da justificação em todo sentido, especialmente a imputação da justiça de Cristo. Infusão, SIM. Imputação, NÃO.

Qual é a diferença? É importante?

O catolicismo é essencialmente sincretista, com o conceito dos méritos em suas raízes (uma perspectiva sincretista da salvação significa que existe um esforço mútuo entre Deus e o homem. Deus salva parcialmente ao homem e este termina o trabalho por sua conta).

Se a justificação é só parcial, não pode ser um decreto final. Os juízes não dizem: "Pode sair da prisão parcialmente". Tampouco Paulo disse que a fé de Abraão lhe foi contada como justiça parcial.

Não podemos ter nosso bolo *logizomai* e comê-lo também. Não podem ser infundido e imputado ao mesmo tempo e vez. É judicial, isto é, completo, ou experimental... e quiçá parcial.

Deste modo, para manter sua posição sincretista, Roma deve ver a obtenção de justiça como uma infusão parcial de substância divina, não como uma imputação de uma justiça completa. Roma faz isto com grande veemência.[lxxxvii]

Turretin ataca a idéia de justiça parcial com a mesma veemência, assinalando que não há tal coisa como justiça parcial na justificação, de acordo com a Escritura. Como poderia estar em paz uma pessoa ao ter que pensar que a justiça na qual se baseia é só parcial? Pergunta Turretin. [lxxxviii]

Turretin admite que a palavra *logizomai* tem vários significados nas Escrituras. Mas nunca significa infusão.[lxxxix]

O conceito de infusão toma outro estranho rumo quando examinamos mais de perto a palavra justiça. O catolicismo a ver como uma substância divina,

parte da Divindade. Mesmo quando Roma não ensina que o homem pode tornar-se parte de Deus, parece que a isso se aproxima. Observe a palavra deificante na seguinte citação:

...a graça santificante ou deificante recebida no batismo ...[xc]

A justiça é a obediência à lei de Deus. Não é uma substância espiritual. Não tem nenhum sentido declarar: "Por este meio te infundo uma obediência parcial à lei."

***
A obediência parcial é pecado.
É tudo ou nada.
***

Obediência parcial? O apóstolo Tiago diz claramente que a obediência parcial é pecado. É tudo ou nada.

> *Pois qualquer que guarda toda a lei, mas tropeça em um só ponto, se torna culpado de todos.* Tiago 2:10.

Se o que Roma diz fosse que "temos sido imbuídos da justiça completa de Cristo," poderíamos nos sentir tentados a considerar a idéia como válida. Mas, parcialmente?

Toda a idéia de uma justiça infundida é um pântano de confusão teológica.

O papel das boas obras

> *Se alguém disser... que o justificado, pelas boas obras que realiza... não merece verdadeiramente aumento de graça, vida eterna e a obtenção da vida eterna ... seja anátema.*
> Trento, Seção seis, Canon 32

Esta declaração se refere à segunda etapa da justificação, durante a qual, a pessoa se faz merecedora da vida eterna por meio de suas boas obras. Trento anatematiza a quem o negue.

Roma confunde a presença de boas obras, fruto da justificação, com as boas obras como condição para a justificação.

A definição católica de "graça"

No catolicismo "graça" não significa um dom divino e soberano dado ao escolhido. Para eles graça significa uma força que ajuda a ganhar a vida eterna.[xci]

Então, quando um católico diz ser salvo pela graça, o que está expressando é que recebeu assistência divina para salvar-se por seus próprios méritos. Segundo o catolicismo, a graça não é soberana.

Os teólogos "crêem que o homem caído é capaz de cumprir a lei divina," pelo menos em parte. A queda de Adão nos deixou fracos, não mortos. A graça serve somente de suplemento à nossa bondade.

> *... O pecado original debilitou e desviou a liberdade da vontade humana, mas não a destruiu ou extinguiu completamente.*[xcii]

Eles reprovam os teólogos protestantes por estes ensinarem que o homem não tem nenhuma justiça sem Cristo.[xciii]

Por outro lado, a Bíblia nos diz que a mente do homem não regenerado é hostil a Deus. Não se submete à lei de Deus, nem pode fazê-lo (8:7). A razão é clara: Como está escrito, não há justo, nem um sequer (Romanos 3:10).

A infusão da graça segundo o catolicismo

> *A graça de Cristo ... infundida pelo Espírito Santo em nossa alma para curá-la do pecado ...*[xciv]

Disto resulta outra definição estranha. É a graça uma substância divina que se infunde à alma? Vimos no capítulo cinco que a graça é um favor divino imerecido. Portanto, a graça é uma atitude na mente de Deus. Acaso a graça recebida no batismo é uma atitude divina infundida na alma do crente? Tem isto sentido?

A idéia da infusão faz a graça parecer como uma injeção intravenosa, dada ao paciente, para dá-lhe forças e o mandar para sua casa a fim de que se cure sozinho. Se despoja a graça do seu poder soberano e a reduz a um remédio. Segundo os católicos, a graça não salva ninguém. Só ajuda a pessoa a salvar-se por si mesma.

O conceito católico de mérito

O edifício inteiro da teologia católica está fundamentado sobre o conceito de méritos. Este termo é tão essencial na literatura católica, que é difícil

encontrar um documento referente à salvação, onde não conste dito vocábulo.

A palavra *méritos* não ocorre nem uma só vez na Escritura. No entanto, a *Enciclopédia Católica* afirma:

> *Em sentido teológico, o mérito sobrenatural só pode ser um ato salutar* (actus salutaris), *no qual, Deus, como conseqüência de sua promessa infalível, lhe deve uma recompensa sobrenatural, que consiste finalmente na vida eterna ...*[xcv]

Aparentemente "o mérito" é algum ato salutar, isto é, "que produz um efeito benéfico."[xcvi] Na definição mencionada, Deus "nos deve" uma recompensa. O galardão final que nos "deve", por nossos atos salutares, é a vida eterna.

E a graça? Bem, obrigado.

A palavra mérito, na literatura teológica medieval, penetrou tanto que até os escritos dos reformadores encharcaram-se dela.[xcvii] Só começaram a descartá-la quando diziam que somos salvos pelos "méritos de Cristo", em oposição aos méritos próprios de cada um.

Isto poderia trazer um resultado enganoso porque a Bíblia nunca menciona uma justiça baseada em "atos salutares que produzam um efeito benéfico". A Bíblia sempre se refere à justiça como cumprimento da lei divina... não devido a efeitos benéficos, senão somente porque é a lei divina.

O sofrimento pessoal recebe alta pontuação na lista católica de méritos. Supostamente, nos permite compartilhar os sofrimentos de Cristo. No catolicismo, os sofrimentos de Cristo, igualmente todos os demais aspectos da sua obra, são suplementários aos nossos. Os católicos aceitam que nunca poderemos sofrer o suficiente como para expiar nossos pecados.

Isto, no entanto, não significa que estejamos isentos de sofrer. Os sofrimentos de Cristo não foram para substituir os nossos completamente, senão para mostrar-nos como se deve suportá-los. Sob esta perspectiva, a autoflagelação católica é perfeitamente lógica. Frei Paulo O. Sullivan exclama:

> *Agora, se oferecemos nossos sofrimentos —os pequenos e os grandes— em união aos sofrimentos de Cristo, estamos fazendo a mais fácil e melhor penitência possível. Podemos assim, libertar-nos completamente do Purgatório ao mesmo tempo em que ganhamos as maiores graças e bênçãos.*[xcviii]

Não posso contar as vezes que, ao compartilhar o evangelho com um católico, a sua resposta foi: "você não sabe o quanto tenho que sofrer!" Os mais velhos são mais propensos a responder assim, já que suportaram os golpes e embates da vida. E o expressam com sinceridade e grande intensidade.

Esta reação me desconcertava. E me punha a pensar: "que tem isso a ver com o evangelho?" Se eu estava falando-lhes da salvação pela graça! Mas na mente deles, o que expressavam era: "Se soubesse quantos méritos tenho, não me importunaria com sua mensagem! Você iria pregar a outra pessoa com menos méritos".

Um grande "ato salutar" seria expelir de uma vez por todas o termo *mérito,* de nosso vocabulário. Ao fazer isto, também colocamos de lado o catolicismo, porque ambos estão totalmente enredados entre si.

Contra-ataque católico

Os teólogos católicos afirmam que Paulo jamais usou a palavra "sola" em seus ensinos sobre a justificação pela fé. Nisto se baseiam também para afirmar que a *sola fide* é uma invenção protestante. Argumentam que a fé é uma condição **necessária**, mas não **suficiente**. Se deve acrescentar tanto o batismo como as boas obras.[xcix]

***
É muitíssimo simples para nós
explicar a ausência da palavra "sola,"
que defender a ausência da palavra "méritos,"
pelo lado dos católicos.
***

É muitíssimo simples para nós explicar a ausência da palavra "sola", que defender a ausência da palavra "méritos," pelo lado dos católicos.

Em Romanos 3, Paulo sublinhava mais a ausência de obras que a presença de fé. Tinha uma boa razão para o fazer. Os judeus nunca questionaram a necessidade de fé. O valor das boas obras era seu tema.

Por exemplo, dois homens, vamos chamar-lhes de Henrique e José, suponhamos que ambos estão num quarto. Henrique sai. Se narrássemos este fato, poderíamos sublinhar a ausência de Henrique ou a presença de

José no quarto. Se disséssemos "Henrique não está no quarto", então sua ausência seria o ponto de enfoque da história narrada. Se disséssemos: "José estava só", então a presença de José seria o ponto que vamos narrar.

Agora, ponhamos a dona Obras e a dona Fé no quarto. Vem Paulo, toma a dona Obras e a tira do quarto. Logo, fecha a porta a chave e põe nela quatro Inscrições: "Não pelas obras," "Pela graça," "Não obras de justiça," "Não por nossa própria justiça."

O catolicismo vem e diz: "Bom, Paulo, notamos que você não menciona que dona Fé estava no quarto só. Além de tudo, isso quer dizer que dona Obras continua ali".

Acaso Paulo está dirigindo-se a crianças que não podem deduzir que dois menos um é igual a um? Paulo se dirige a uma audiência de adultos inteligentes. Se a palavra "só" não consta, é porque seria desnecessário ou porque não transmitiria de maneira completa a ausência de obras.

Recapitulação da perspectiva católica da justificação

De acordo com os dogmas da Igreja Católica (fé), a pessoa recebe o batismo (causa instrumental), para o lavamento dos seus pecados. Então recebe uma infusão parcial de graça (ajuda suplementar divina). Isto o coloca num estado de graça que lhe ajuda a ganhar a vida eterna. Este "estado de graça" se pode perder, ao cometer pecado mortal, mas regenera-se por meio do sacramento penitencial, o qual compreende sofrimento e boas obras.

A salvação, segundo o catolicismo, é uma obra cooperativa entre Deus e o homem. Deus toma a iniciativa, mas é o homem quem termina a obra por meio dos seus méritos próprios.

Resumo

A Igreja Católica Romana distorceu o ensino bíblico da justificação, a ponto de reverter completamente o significado dado no evangelho. Roma mudou o conceito evangélico da graça, como uma obra soberana de Deus, totalmente gratuita para nós, e o transformou num sistema de obras: justiça baseada em méritos humanos.

Roma toma cada um dos termos relacionados com a doutrina da justificação, os esvazia do seu conteúdo bíblico e insere significados congruentes com sua própria teologia sinérgica. Ademais, a Igreja Católica anatematizou a qualquer um que esteja em desacordo.

QUADRO COMPARATIVO
JUSTIFICAÇÃO BÍBLICA VS. CATÓLICA

BÍBLIA	CATOLICISMO
Justificação significa declarar justo, em sentido legal.	Justificação significa declarar justo num sentido de observação do caráter de uma pessoa.
A justificação é somente pela FÉ.	A justificação é pela fé mais batismo e obras.
A fé é a causa instrumental da justificação.	O BATISMO é a causa instrumental da justificação.
A graça é um favor divino imerecido que salva por completo o crente.	A graça é uma ajuda divina que permite a pessoa fazer obras para merecer a vida eterna.
A justificação é por imputação.	A justificação é por infusão.
Imputação significa um crédito legal dum valor aleio, à conta de alguém.	Imputação equivale a infusão.
A base da justificação é a justiça de Cristo.	A justificação se baseia na justiça de Cristo mais o suplemento de nossa própria justiça.
A fé para justificação compreende confiança e compromisso pessoal com Cristo.	A fé para justificação é um acordo mental com os dogmas da Igreja.
A justificação é pela graça somente.	A justificação é pela graça e méritos.
A graça salvadora é resultado da obra soberana de Deus em seu escolhido.	Graça significa ajuda divina que nos permite ganhar a salvação.
As boas obras são provas da justificação.	As boas obras contribuem para a justificação.
Cristo é o único mediador em nossa	O sacerdote é o mediador em nossa

justificação.	justificação.
Os sofrimentos de Cristo são a base meritória de nossa justificação.	Os sofrimentos de Cristo suplementam os nossos próprios sofrimentos, como mérito para a salvação.
A justificação faz justo o ímpio.	A justificação faz o justo mais justo.
A justificação é permanente.	Perde-se a justificação se se comete pecado mortal.

Hendricksen concorda com Tiago 2:14, e declara:

> *Disse Paulo uma coisa e Tiago outra diferente? De maneira nenhuma... Tiago explica o lado ativo da fé, e Paulo, o lado passivo... Tiago dirige seus comentários à pessoa que diz ter fé, mas falha ao não pô-la em prática.*[c]

Neste capítulo aprendemos

A Igreja Católica Romana ensina que...

1. A justificação é um processo de duas etapas que se iniciam com o batismo.
2. O batismo, não a fé, é a causa instrumental do perdão de pecados.
3. A fé é uma aceitação mental dos dogmas da Igreja Católica. Ainda que a fé fiduciária é louvável, é irrelevante para a justificação.
4. A graça é a assistência divina que ajuda à pessoa realizar as obras necessárias para merecer a vida eterna.
5. A santificação e regeneração são parte da justificação.
6. A justiça se obtém por infusão, não por imputação.
7. A justificação inicial do batismo pode perder-se por pecado mortal e pode recuperar-se pela penitência.
8. Qualquer um que sustente a doutrina da justificação pela fé somente, é anátema.
9. Qualquer um que sustente que a justificação não inclui boas obras e méritos, é anátema.

PERGUNTAS DO ESTUDO

1. Resuma em um ou dois parágrafos a doutrina católica sobre a justificação.

2. Explique o que os teólogos católicos crêem que sucede na primeira etapa da justificação.

3. Explique que crêem os teólogos católicos que acontece na segunda etapa da justificação.

4. Explique porque o catolicismo crê que a vida eterna é concedida na segunda etapa da justificação e não na primeira.

5. Explique a definição católica dos seguintes termos:
   A. Justificar

   B. Imputar

   C. Graça

6. Explique porque os católicos crêem que a justificação se pode perder nesta vida.

7. Explique e refute o conceito católico de **méritos**.

Capitulo 9

Alimentando-se de sombras: O lado escuro da fé reformada

Gerald Durrell, um naturalista britânico que colacionava animais para um zoológico, conta como capturou várias aves africanas e pequenos mamíferos.[ci] Os guardou em jaulas durante várias semanas. Devido a conflitos políticos, não pôde exportar os animais a Grã Bretanha, pelo que foi obrigado a libertá-los.

Abriu suas jaulas para deixá-los ir. Para sua surpresa, vários recusaram sair. Sentiam-se cômodos em suas jaulas, alimentados e protegidos dos predadores. Então tentou fustigá-los com uma vara, mas quando terminava de tirá-los, voltavam a entrar outra vez nas jaulas.

Durrell foi obrigado a destruir as jaulas para impedir que os animais ficassem. Tinham perdido o gosto da liberdade.

Isso mesmo acontece com alguns cristãos. Preferem os limites seguros das regras internas que se arriscar de sair ao mundo.

"Cada homem esconde um fariseu em seu coração", afirmou um pastor no rádio. Estou de acordo com isso. Os remanescentes da corrupção permanecem em nossas vidas, e a única coisa que geram, freqüentemente, é o legalismo.

O legalismo é supor que podemos ser justos só se seguirmos as regras. Como os Gálatas, alguns pensam que somos justificados pela fé, mas santificados segundo a lei. Paulo protesta:

> *Sois assim insensatos que, tendo começado no Espírito, estejais, agora, vos aperfeiçoando na carne? Gálatas 3:3.*

Um dia quis algo e pensei: "Tenho estado bem ultimamente. Talvez Deus me dê o que peça". Um momento depois, dei-me conta do quão atroz era essa idéia.

Havia caído na conhecida armadilha do legalismo, assumindo que Deus me recompensaria por minha própria justiça. "Velho fariseu!", pensei. "Ensinas acerca da graça e logo afirmas que Deus pode abençoar-te por tua própria justiça".

Por que sempre caímos nessas armadilhas? Ninguém escapa por completo da influência da velha natureza. Sempre permanece um sutil desejo de autonomia e autovalorização.

Nossa velha natureza é egocêntrica. Este egocentrismo alimenta o legalismo. Já que a lei de Deus não provém de ego, o homem sente o impulso de complementá-lo. Implementamos novas regras à parte daquelas que Deus nos deu. E desejando que outros sejam condescendentes é ainda melhor, já que isto dá uma ilusão de autenticidade. Nossa natureza pecadora considera as práticas religiosas aceitáveis sempre e quando o ego tenha o controle.

O legalista não capta a idéia: O ego é o problema. Tentar ser justos através das regras unicamente reforça nossa autonomia. Isso só nos conduz a pecar mais.

As regras são más? Não, no entanto, nunca nos fazem justos. Os Dez Mandamentos são ainda válidos. Pecamos ao violá-los, mas eles não têm em si o poder para justificar-nos.

O legalismo não faz nada para melhorar a carnalidade. A prova está na maneira em que os legalistas tratam de fazer livres as pessoas.

O legalismo reformado

Cada movimento cristão tem sua marca distintiva de legalismo. Posto que a graça é o tema central, esperaríamos que o movimento reformado não sofresse legalismo. Alguns o têm evitado. Outros, considerando-se "realmente reformados", têm caído precipitadamente nele.

Isto é uma advertência. Assim como a árvore, todos os movimentos desenvolvem ramos que mantendo seus valores principais. Alguns ramos são frutíferos, outros são estéreis. Inclusive dentro da teologia da graça, existe o legalismo e alguns até tentariam privar-nos da nossa liberdade.

Por que a graça é efetiva e o legalismo não

A graça é efetiva porque se baseia em uma relação com Cristo, que não só é suficiente mas também indispensável. Ele não é um complemento à nossa justiça, **É** nossa justiça.

Alguns temem que a liberdade da graça os leve a esquecer da lei divina. Pelo contrário, nos aproxima mais de Cristo, que sempre está de acordo com a lei divina. Eis aqui o modelo bíblico:

Porquanto a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os homens,

Tito 2:11

Primeiro, através da graça obtemos a salvação. Não a conseguimos por nossos próprios méritos. E então? Diz a graça: "Eu coloquei você no caminho correto. O resto é sua opção?"

> *Educando-nos para que, renegadas a impiedade e as paixões mundanas, vivamos, no presente século, sensata, justa e piedosamente* (V. 12).

Uma vez que temos salvação através da graça, esta nos ensina a viver uma vida piedosa. Muitos utilizam a graça como liberdade para pecar, simplesmente têm dado a libertinagem um nome incorreto.

Quando crescemos na graça, nos fazemos mais livres e menos libertinos. A graça permite que saboreemos nossa presente aceitação com Deus, a diferença da mera possibilidade legalista de uma futura aceitação.

Os legalistas supõem que têm autoridade divina

O legalista está convencido que está firmemente de pé sobre a autoridade da lei divina. No entanto, o que realmente acontece é que tem um pé na lei e o outro nos remanescentes da sua própria natureza corrupta. Isso é terreno escorregadio. Nenhum dos seus pés está plantado na justiça impune de Cristo. Os pecados de orgulho, auto-suficiência e juízo antecipado estão firmemente afiançados em seu coração.

As leis sempre produzem mais leis, não mais justiça. Elas se multiplicam como germes. É por isso que os rabinos judeus ao não se pôr de acordo com a lei no Antigo Testamento escreveram o Talmude, uma série de volumes tão extensos que fizeram da lei uma enciclopédia.

Os legalistas crêem que têm maturidade.

A liberdade é um conceito ambíguo, difícil de definir. Onde termina a liberdade e onde começa a libertinagem? São as leis concretas e os princípios etéreos? Os meninos necessitam das regras porque suas faculdades estão em desenvolvimento. Quando amadurecem chegam a entender os princípios.

Paulo refere-se a isto:

De maneira que a lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé. Mas, tendo vindo a fé, já não permanecemos subordinados ao aio. Gálatas 3:24-25.

Se decidirmos, podemos ficar como meninos, guiados por um tutor; ou podemos ser livres, adultos maduros, que atuam sob princípios.

Acolhei ao que é débil na fé, não, porém, para discutir opiniões. Romanos 14:1.

O legalista é um fraco espiritual, é como um espantalho sustentado por paus. O legalista mantém a si mesmo por regras adornadas. E ainda pensa que é forte, não avança; não chega a nenhum lugar.

As regras são como um andaime para construir uma parede. Uma vez construída a parede se mantém por si própria, não precisa mais do andaime.

Os legalistas crêem que ser rigoroso, é ser santo.

20 Se morrestes com Cristo para os rudimentos do mundo, por que, como se vivêsseis no mundo, vos sujeitais a ordenanças:

21 não manuseies isto, não proves aquilo, não toques aquiloutro,

22 segundo os preceitos e doutrinas dos homens? Pois que todas estas coisas, com o uso, se destroem.

23 Tais coisas, com efeito, têm aparência de sabedoria, como culto de si mesmo, e de falsa humildade, e de rigor ascético; todavia, <u>não têm valor algum c</u>ontra a sensualidade. Colossenses 2:20-23

A severidade religiosa quase sempre faz as coisas piores. Paulo havia sido um fariseu rigoroso, ele sabia a forma de pensar do legalista. Os fariseus sabiam as leis em detalhes, No entanto passavam por alto um ponto acerca do assassinato.

Maior rigidez é igual a mais pecado. Por quê? Porque o poder do pecado está na lei.[cii] Esta é a muleta que a natureza carnal se apóia com todo seu peso.

O risco de Deus

> *Porque vós, irmãos, fostes chamados à liberdade; porém não useis da liberdade para dar ocasião à carne; sede, antes, servos uns dos outros, pelo amor.* Gálatas 5:13

> *como livres que sois, não usando, todavia, a liberdade por pretexto da malícia, mas vivendo como servos de Deus.*1 Pedro 2:16

Livre de quê? Da justiça baseada nas regras. Humanamente falando, Deus toma o risco de podermos abusar de nossa liberdade para satisfazer a carne. Se não fosse assim, essas advertências não estariam nas Escrituras. As advertências são a prova de como pode a justiça fazer-nos livres.

Deveríamos temer que poderíamos abusar da graça? É como o que diria um doutor: "dou-lhe uma prescrição, mas tenha cuidado porque poderia fazer-lhe esquecer que está doente". Isso é exatamente o que a prescrição tem a intenção de fazer.

Como entra o legalismo no campo reformado?

Alguns professores reformados ignoram um importante princípio bíblico de interpretação: o Novo Testamento interpreta o Antigo, não vice-versa.

Isto ocorre devido ao mau uso do conceito do "pacto". Deus fez uma aliança, uma espécie de pacto com Abraham. Este é o convênio cristão, às vezes chamado o pacto da graça. O capítulo três de Gálatas ensina isto com clareza.

Este convênio une o Antigo e o Novo Testamento. Alguns professores reformados levam este conceito mais além do que tentaram os apóstolos. Promovendo o conceito da unificação de ambos testamentos, transportam a lei veterotestamentária para a vida cristã. Tal prática é como lê a Bíblia até o fim, como batendo uma bola de borracha contra uma parede, e no rebote ficar emperrado em Deuteronômio.

Alimentando-se de sombras

> *Ora, visto que a lei tem sombra dos bens vindouros, não a imagem real das coisas.…* Hebreus 10:1

Imagine uma pessoa tratando de devorar ou comer uma sombra. É realmente absurdo.Da mesma maneira Deus nos vê quando caímos no

legalismo. Para alguns a sombra lhes parece muito real, e a realidade etérea. O sacrifício do Cordeiro concreto, enquanto que a expiação de Cristo etérea. As sombras não nos alimentam.

O livro de Hebreus é a declaração neotestamentária da maneira em que o Antigo Testamento se aplica aos cristãos.

Qual das seguintes proposições é a correta?

A. Em nosso viver diário aceitamos do Antigo Testamento tudo aquilo que o Novo não proíbe.

B. Aceitamos do Antigo Testamento só aquelas coisas que o Novo Testamento nos permite.

A segunda proposição é a correta. Se a lei é só uma sombra, então não é lógico transportar algo dela para a vida cristã.

O Antigo Testamento é o que o Novo diz que é e nada mais. Não temos nenhuma autoridade para seguir com o que diz o Antigo Testamento na vida cristã, a menos que o Novo Testamento o requeira. Se fazemos isso, só tentamos deleitar-nos com as sombras ao invés de viver a realidade.

Este padrão de sombras, em contraste com a realidade, é a estrutura subjacente no livro de Hebreus. Tudo na lei é uma sombra a menos que o Novo Testamento diga que não o é. Que aspectos da lei têm vigência no Novo Testamento para os cristãos?

A. A lei moral expressa nos Dez Mandamentos.[ciii]

B. Os exemplos dos juízos divinos que nos permitem evitar o mal. 1 Cor 10:6.

C. Qualquer recurso para a adoração. Ef 5:19.

D. O pacto da graça. Gl 3:1-14.

O que dizer sobre isto?

Alguns mestres reformados começam com a proposição incorreta e inserem no Novo Testamento erros de ênfase, os quais estudaremos mais adiante. Existem vários, porém só mencionaremos dois dos mais proeminente.[civ]

SABATISMO ESTRITO

Duas formas de ver o sábado prevalecem entre as igrejas reformadas: Aqueles que crêem que o Shabat ou Sábado é o dia de repouso, e os que não o crêem assim. Aos antigos, chamaremos sabatistas (os que guardam o sábado), e aos posteriores, não-sabatistas.

Os sabatistas crêem que Cristo mudou o sábado do Antigo Testamento para o domingo através da ressurreição durante o primeiro dia da semana. Já que o único que muda é o dia, os preceitos originais do Antigo Testamento que serviram para pôr as bases acerca do sábado devem continuar vigentes. Os únicos trabalhos permitidos durante este dia são a assistência social necessária, tais como: pessoal médico e policial.[cv]

Os não-sabatistas afirmam que o sábado do Antigo Testamento era só um símbolo que assinala o descanso da fé em Cristo. O sábado, segundo esta perspectiva, não é um dia diferente e nunca foi destinado para sê-lo. A observância do sábado, portanto, não tem mais nenhum valor inerente que o sacrifício do Cordeiro. Se perguntarmos a um não-sabatista, se guarda o sábado, provavelmente responderá algo como: "Sim, o guardo cada dia, porque confio em Cristo cada dia".

Ambas matérias estão de acordo, no entanto, que os cristãos deveriam ir ao culto de domingo porque é o dia durante o qual Cristo ressuscitou.

Qualquer que seja a posição que se adote, nosso desejo é advertir contra aqueles que conduziriam a um legalismo ditando o que se pode ou não fazer no domingo.

Inclusive entre sabatistas, as opiniões variam sobre o que é permitido no domingo. Alguns se abstêm de ir a um restaurante porque isso obriga outros a trabalharem. Então comem em casa. Evitam que trabalhe a garçonete, porém o faz a mamãe. Inclusive se o alimento se prepara no dia anterior, alguém tem que fazer o trabalho de por sobre a mesa e lavar os pratos.

Tenho dois amigos que realizam esta prática, porém eu NÃO os considero legalistas. E por que não? Porque ambos declaram que só praticam isto como uma convicção pessoal para honrar ao Senhor, respeitando as consciências daqueles que têm uma forma de pensar e atuar diferente. Isto não é legalismo. É simplesmente sua forma de adoração.

Durante meu exame de ordenação, alguém me perguntou: você acha que que é permitido jogar bola no domingo depois do culto? Respondi: "A todos aqueles que têm crianças, isto é o que mais recomendo, depois da igreja, guarde a Bíblia, pegue seus filhos, vá ao parque e jogue bola. Isto conta como um trabalho de misericórdia para com sua esposa". Para minha satisfação, a audiência deu risadas e fui aprovado no exame.

Qual foi a posição dos apóstolos acerca disto?

> *Ninguém, pois, vos julgue por causa de comida e bebida, ou dia de festa, ou lua nova, ou sábados, porque tudo isso tem sido sombra das coisas que haviam de vir; porém o corpo é de Cristo.* Colossenses 2:16-17
>
> Não nos julguemos mais uns aos outros; pelo contrário, tomai o propósito de não pordes tropeço ou escândalo ao vosso irmão. Romanos 14:13

Paulo declara que temos certa liberdade de consciência em relação a como celebramos o dia do Senhor. Somos livres de celebrá-lo segundo nossa consciência. Não somos livres para julgar os outros.[cvi]

O PRINCÍPIO REGULADOR

Há uns anos atrás, no Canadá, se levantou uma controvérsia sobre uma estranha prática de risada histérica em algumas igrejas. Chamavam-na "a risada santa".[cvii]

Os seguidores deste movimento se defenderam perguntando: "Onde diz na Bíblia que isto está proibido?" Os atacantes perguntaram: "Onde ordena a Bíblia que o façamos?"

Qual é a ordem para a adoração cristã? Há algo proibido ou estabelecido? Logicamente, deve ser uma ou outra coisa.

A segunda opção é bíblica. Deus mesmo estabelece a ordem da adoração através de sua Palavra. Não somos livres de fazer o que queiramos. A isto o chamamos "princípio regulador."

No Antigo Testamento, vemos ordem na adoração até o último detalhe. Como esperamos, este princípio é ampliado no Novo Testamento, no qual vemos regulamentos dos apóstolos para cantar canções, hinos e cânticos espirituais, pregar a Palavra, administrar os sacramentos e o serviço mútuo.

A respeito disto, é muito óbvio, não é verdade? É o que esperaríamos dos apóstolos que celebravam uma nova liberdade em Cristo.

A maneira como alguns professores reformados consideram a relação entre os testamentos faz-me lembrar as pessoas que não gostam da configuração da trompa de pistões. Tomam um martelo e laboriosamente modificam o extremo deixando-o tão estreito como a boca. Logo olham-na com um sorriso de satisfação, contentes com o árduo trabalho e a inteligência que tiveram para dar à trompa de pistões a forma correta.

Quem sabe para ele o tom de sua trompa lhe pareça o melhor. Para mim, é pouco sonoro.

Posto que o evangelho agora é para as pessoas de todas as culturas, observamos a prática de uma ampliação do princípio regulador. As culturas variam extensamente na música e na expressão de adoração.

Alguns reformados se sentem incômodos com esse espírito livre na adoração que vemos no Novo Testamento. Assim com outros aspectos da vida cristã, a liberdade os assusta. Por isso questionam cada prática, tentando ligar a consciência dos cristãos com detalhes sobre a adoração.

Uma pequena denominação proíbe o uso de instrumentos musicais. A parte complexa do argumento que usam é que os instrumentos não são ordenados no Novo Testamento (os legalistas necessitam argumentos complicados para justificar sua posição. A liberdade é simples).

A verdade é que não encontramos nenhum mandamento no Novo Testamento que fale sobre o uso de instrumentos musicais. O que achamos é a ordem de viver como homens livres, dentro dos amplos limites que o Novo Testamento autoriza.

Outros assuntos de controvérsia?

Alguns cristãos têm perguntado-me, o dízimo é obrigatório? É pecado ingerir bebidas alcoólicas com moderação? Deveríamos somente cantar salmos? O que dizer sobre os apelos? É necessário ter uma graduação acadêmica para pregar?

Se o leitor entendeu este capítulo, saberá já as respostas a estas perguntas.

Conclusão

Um amigo disse: "Se você não desfruta da sua liberdade, precisa falar com o Senhor porque você tem um problema".[cviii]

Se o fariseu que temos em nossos corações empreende seu caminho, nos manterá presos, e isso não é divertido. E pior ainda, nos usará para acorrentar os outros.

Enquanto estamos na carne, estaremos em guerra com ela. Não a deixe ganhar.

Deste capítulo aprendemos:

1. O legalismo assume que podemos obter a justiça se seguimos as regras.

2. O legalismo leva aflição a todos os movimentos cristãos em algum grau.

3. O legalismo se baseia nos remanescentes de corrupção que permanecem em alguns cristãos.

4. Ser mais rigoroso não é necessariamente ser mais santo.

5. O Antigo Testamento é o que o Novo Testamento diz que é, e não mais.

6. Não temos autoridade para trazer ao Novo Testamento algo do Antigo ao menos que o Novo nos permita.

7. O legalismo às vezes entra no campo reformado interpretando o Novo Testamento à luz do Antigo Testamento ao invés de ser o contrário.

8. No Novo Testamento temos maior liberdade com respeito à adoração e o Dia do Senhor.

Perguntas de estudo do capítulo 9

1. O que é o legalismo?

2. Por que o legalismo leva conflitos, em certa forma, aos movimentos cristãos?

3. Por que dizemos que os legalistas são imaturos?

4. Qual é o erro interpretativo que alguns professores reformados podem cometer? Por que caem nele?

5. Qual livro da Bíblia descreve com maior profundidade a relação do cristão com o Antigo Testamento?

6. Qual das duas pressuposições seguintes é correta e por quê?

   A. Trazemos ao viver cristão diário qualquer legalismo do Antigo Testamento que o Novo Testamento não proíba.

   B. Ou, trazemos à vida cristã só àquelas coisas que o Novo Testamento diz que podemos.

7. Que queremos dizer com nossa liberdade em Cristo?

8. De que forma estamos ligados pela lei moral (os Dez Mandamentos) e de que modo somos livres dela?

De que forma você tem sido legalista na sua vida cristã privada e no seu trato com outros crentes?

Capítulo 10

Deixe de chamar-se pecador

Deixe de chamar-se pecador, ou ao menos não o faça todo o tempo. Além disso, Deus o chama santo.

Sim, você é pecador, o tempo todo. Acaso isto é uma contradição? Não, simplesmente disse, "Deixe de chamar-se assim".

Os cristãos adquirem a identidade de Cristo, não de si mesmos. Adão já não nos representa. Então a Palavra de Deus é absolutamente consistente ao chamar-nos santos ainda que pequemos. Já notou quantas epístolas foram dirigidas aos pecadores? Nenhuma. E quantas aos santos? Todas.

Deus não está interessado em nenhum "equilíbrio" entre pecador e santo. Se você quer inclinar-se para algum dos lados, incline-se para a graça.

Os movimentos cristãos usualmente inventam fórmulas para superar a tentação ou as tensões da vida. Tais fórmulas supostamente libertam o crente das dificuldades que outros experimentam. Isto cria dois tipos de cristãos: a elite, que crê ser espiritualmente superior e, o resto de nós.

Alguns Pentecostais, por exemplo, têm seu "batismo no Espírito Santo". Supostamente, depois de receber esta experiência, a pessoa se eleva a uma nova dimensão na qual as dificuldades são mínimas.

Os Nazarenos e Metodistas crêem numa experiência de santificação na qual os vestígios carnais da pessoa são supostamente erradicados. (Eles cometem "erros", mas não pecados).

O movimento reformado, apesar de sua ênfase na soberania da graça, não se escapou das fórmulas. Trataremos disto mais adiante.

Neste capítulo, a tais fórmulas as denominaremos "misticismo", como a crença de que podemos alcançar um status de elite com Deus, na base de uma experiência ou fórmula religiosa especial.

Os místicos vêem a realidade como uma casa de dois pisos. No piso de baixo vivem os cristãos "carnais", com uma vida carregada de penas e de tentações. No piso superior estão os cristãos "vitoriosos", que descobriram a

fórmula para uma vida superior a outros cristãos. Assim é como os místicos vêem os cristãos, divididos em dois campos: a classe inferior e sua classe.

Eles são reais?

Estamos insinuando que tais experiências não possam ser verdadeiras? Pelo contrário. Pode-se aceitar que estes crentes tiveram um genuíno encontro com Deus. Necessitamos estar cheios do Espírito, trabalhar pela nossa santificação e praticar o arrependimento. Só questionamos a teologia que eles vinculam a estas experiências.

O principal problema com todas estas experiências é que são parcialmente verdadeiras… mas só parcialmente. Uma meia-verdade, muitas vezes é mais perigosa que uma mentira. Eis a ironia: **O segundo piso não existe!**

O Novo Testamento nunca descreve nenhuma experiência espiritual ou fórmula para alcançar um status superior ao dos outros cristãos. Mas sim, a Bíblia enfatiza o crescimento progressivo.

> *antes, crescei na graça e no conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. A ele seja a glória, tanto agora como no dia eterno.* 2 Pedro 3:18

Nós crescemos paulatinamente à medida que aplicamos os meios de graça que Deus põe à nossa disposição: A Palavra, a oração e a comunhão fraternal.

Não só o segundo piso é um mito, como tampouco existe alguma escada espiritual. Se trata somente de sombras geradas pela imaginação humana. Do mesmo jeito que uma pessoa não pode subir por uma escada de sombras, muito menos pode chegar a um status superior por estas fórmulas. A única escada que Deus providenciou para nós é Cristo mesmo e somente pela fé nEle.

É por isso que todas estas experiências são passageiras. Podem ter validade por um tempo, porém mais cedo ou mais tarde confrontaremos o crescimento como um processo.

Misticismo Reformado

Ainda que pareça estranho, inclusive, o mesmo ramo reformado da teologia tem seu próprio misticismo. Este consiste numa ênfase exagerada em "viver uma vida de arrependimento".

A idéia é que se seguimos uma certa fórmula do arrependimento, lamentando nossa profunda pecaminosidade no conhecimento de nossos caminhos pecaminosos, então Deus nos concederá uma graça especial. Assim subiremos ao segundo piso, supostamente.

A fórmula segue três passos: Primeiro, reconhecer nossa pecaminosidade. Segundo, sentir uma pena profunda por sermos tão maus. Terceiro, fazer uma oração de arrependimento. Resultado: experimentaremos uma alegria profunda e uma graça superior a dos outros cristãos. Estaremos no segundo piso.

De onde provém esta idéia?

Algumas vezes os professores reformados enfatizam os remanescentes da nossa corrupção, enquanto praticamente excluem a identidade positiva do crente. Pode ser que isto seja proveniente da doutrina da depravação total, que normalmente serve para sublinhar o estado perdido dos não regenerados.

Como resultado disto surge uma suposição sutil: Se nos humilharmos o suficiente diante de Deus, Ele se compadecerá de nós e nos concederá mais graça. Um problema com isto é fazer com que a graça dependesse de uma capacidade humana para humilhar-se e arrepender-se adequadamente. Se fosse assim, a graça deixaria de ser soberana.

Alguns que ensinam isto temem que os crentes não sejam o suficientemente humildes? Claro que não somos suficientemente humildes. Não somos suficientes de forma alguma.

Assisti a um culto onde a leitura responsiva incluiu duas páginas de confissão, e dizia assim:

> *As pessoas:* Reconhecemos que somos pobres pecadores, concebidos e nascidos na culpa e na corrupção, propensos para fazer o mal, incapazes de servir, a quem quer que seja, por razões de nossa depravação, transgredimos sem fim seus santos mandamentos.
>
> *As pessoas:* Confessamos que temos cobiçado ardentemente as possessões e cônjuges dos outros; reconhecemos que nossa vida inteira não é nada mais que pecado e transgressão de seus santos mandamentos e uma inclinação para todo mal.

Dando seguimento a isto uma longa oração de arrependimento com uma declaração de perdão.

Roubo de Identidade Espiritual

O que tem de errado com o procedimento descrito anteriormente? Nada, por si mesmo. É o que exclui, o que nos preocupa.

Que somos, pois? Pecadores com graça, ou santos com resquícios do pecado? Com qual grupo nos identifica Deus? O livro de Efésios nos dá a resposta. Nos três primeiros capítulos, vemos uma descrição gloriosa do que somos e temos em Cristo. Os três últimos capítulos nos exortam a viver dignos desta vocação.

Primeiro enfoca o aspecto positivo. Paulo declara que somos santos e irmãos fiéis. Logo indica que sobre estas bases, deveríamos deixar de mentir, fornicar, brigar etc. Somos santos com remanescentes da corrupção. Não somos pecadores com remanescentes da graça.

Significa isto que não temos que "'viver uma vida de arrependimento"? Isto depende de como o definimos. Enquanto lemos nossas Bíblias diariamente, oramos e praticamos a comunhão fraternal, somos atentos ao Espírito Santo que traz à nossa consciência coisa que o Pai quer corrigir. Confessamos e seguimos em frente.

Em segundo lugar, ao fazer que a graça dependa de nosso grau de humildade, só estamos ressuscitando um antigo amigo de nossa natureza adâmica… o fariseu. Fala esse fariseu em nosso coração novamente, insinuando que já somos suficientes em nós mesmos. Fala com um tom de humildade falsa, tirando a glória da graça.

Finalmente, devemos evitar a impressão de que a essência da vida cristã está no perdão dos pecados. Não é assim. O perdão é a primeira parte do evangelho. O coração é a justiça de Cristo atribuída a nossa conta, acompanhada de uma nova identidade como santos.

Então pare de "viver uma vida de arrependimento", *principalmente*. E pratique confessando também sua identidade tal como Deus o manifesta em sua palavra. É como conduzir um carro. Temos um pára-brisa e um retrovisor. A maior parte da nossa atenção está fixada ao que está adiante. Só de vez em quando olhamos pelo retrovisor para ver por onde passamos.

Cura de identidade

Abaixo dou uma sugestão para alinhar nosso autoconceito com a Escritura. Tome a lista que aparece a seguir, a qual provém dos três primeiros capítulos de Efésios, cole-os em sua Bíblia e leia-os com regularidade. Isto não é uma fórmula mística. Isto é para animar-nos a pensar como pensa Deus de nós.

Em Cristo Eu Sou...

Um crente santo e fiel
Abençoado com cada bênção espiritual
Escolhido em Cristo
Santo e sem culpa
Amado por Deus
Predestinado como seu filho
Adotado por Deus
O louvor de sua glória
Um troféu de sua graça
Redimido por seu sangue
Perdoado
Partícipe das riquezas de sua graça
Herdeiro de Deus
Selado com o Espírito
Vivo em Cristo
Sentado em lugares celestiais
Salvo pela graça
Criado para boas obras
Herdeiro do pacto
Acesso ao Pai
Cidadão com os santos de Deus
Membro da casa de Deus
Lugar de habitação de Deus
Acesso ao trono de Deus
Selado para redenção
Um filho da luz
Um membro do corpo de Cristo

Um Rabino judeu pré-cristão disse uma vez, "Caminho na vida e tropeço. Às vezes caio. Mas me levanto e sigo dançando". Ele tinha a idéia correta.

Continuamos dançando.

Neste capítulo aprendemos

1. Os cristãos são santos com remanescentes de corrupção, não pecadores com elementos da graça.

2. Os movimentos cristãos geralmente têm algum elemento do misticismo.

3. O misticismo é a crença equivocada que alguma experiência espiritual especial ou fórmula espiritual nos concederá um status especial com Deus.

4. O problema com todas as formas do misticismo é que não existe nenhum status especial.

5. O movimento reformado às vezes tem seu próprio misticismo que consiste numa ênfase excessiva nos resíduos de nossa corrupção e na necessidade do arrependimento contínuo.

6. Há um problema potencial em enfatizar exageradamente o arrependimento: Podemos ser tentados a crer que a graça depende da nossa capacidade para arrepender-nos corretamente.

Perguntas de estudo para o capítulo 10

1. Como expressa o Novo Testamento a identidade dos cristãos?

2. Em vista de que os cristãos ainda pecam, que há de mal ao identificar-nos como pecadores?

3. O que é o misticismo?

4. Quais são alguns problemas com o misticismo?

5. Quais são alguns dos perigos teológicos inerentes na idéia reformada de "viver uma vida de arrependimento"?

CONCLUSÃO

Enquanto procurava a melhor maneira de resumir esta obra, tropecei com uma brilhante definição da justificação, no *Dicionário Bíblico de Easton*.[cix] Não vejo maneira de melhorar em algo mais esta definição tão completa e equilibrada. Assim que, passo a citá-la a seguir:

A JUSTIFICAÇÃO SEGUNDO EASTON

"Um termo legal, oposto à condenação. Quanto à sua natureza, é o ato judicial de Deus, pelo qual Ele perdoa todos os pecados àqueles que crêem em Cristo e os conta, aceita e trata como justos ante os olhos da lei, isto é, conforme a todas suas exigências.

Ademais do perdão de pecados, a justificação declara que todas as exigências da lei foram satisfeitas quanto ao justificado. É o ato de um juiz, não do soberano. Não é que se suavize a lei ou a deixe de lado, senão que se declara que foi cumprida em sua forma total e estrita, e a pessoa justificada é declarada merecedora de todas as vantagens e recompensas que se derivam duma obediência perfeita à lei (Romanos 5:1-10).

Procede da imputação ou acreditação ao crente, por parte de Deus mesmo, da perfeita justiça, ativa e passiva, de seu Representante e Fiador, Jesus Cristo (Romanos 10:3-9). A justificação não é dar o perdão a um homem injusto, senão a declaração de que possui uma justiça que satisfaz à lei perfeitamente e para sempre, isto é, a justiça de Cristo (2 Coríntios 5:21; Romanos 4:6-8). A única condição na qual esta justiça é imputada ou acreditada ao crente é a fé no Senhor Jesus Cristo.

A fé é chamada 'condição', não porque possui algum mérito, senão somente porque é o instrumento, o único instrumento pelo qual a alma se apropria e apreende a Cristo e sua justiça. Veja Romanos 1:17; 3:25-26; Filipenses 3:8-11; Gálatas 2:16. O ato de fé que assegura nossa justificação, também garante nossa justificação (q.v.); portanto, a doutrina da justificação não leva à libertinagem (Romanos 6:2-7). As boas obras, ainda que não são a base, são uma conseqüência certa da justificação (Romanos 6:14; 7:6)".

Apêndice A

Extratos da *Enciclopédia Padrão Internacional da Bíblia* [cx]

"... verbo, *dikaioo*, 'justificação', 'justificar' no sentido legal, declarar justo ou reto. Na literatura bíblica, sem negar a verdadeira justiça de uma pessoa, usa-se o vocábulo invariavelmente em um sentido declarativo ou forense...".

A perfeição da lei de Deus e a necessidade de uma perfeita observação, se a justificação provém dela (Romanos 3:10)

"A noção comum de Deus como um governante bondoso e desprendido, para quem a perfeita santidade não é inexorável, não era a noção de Paulo. Se alguém cumpria a lei, Deus não o julgaria como culpável (Romanos 2:13), porém tal cumprimento nunca existiu".

Jesus (não Maria, nem os santos nem a Igreja), o único objeto da fé

"O objeto desta fé é Jesus Cristo (Romanos 3:22), só através dEle vem o dom da justiça e o reinar em vida (Romanos 5:17). Não por Maria ou os anjos, nem pela doutrina nem pela Igreja, mas só por Cristo. Isto, para assegurar, não exclui Deus o Pai como objeto da nossa fé, já que o ato redentor de um só Deus é sempre pressuposto (1 Coríntios 8:6). Porém, era o costume apostólico referir-se mais a Deus quanto ao arrependimento e a Cristo quanto à fé (Atos 20:21). No entanto, a unidade de Deus Pai e o Filho na obra salvadora é a melhor garantia da Divindade de Cristo, ambos como um ato objetivo e como uma experiência mais íntima do cristão.

"A justificação, sendo por fé, não é por obras ou por amor, nem por ambos em conjunto. Não pode ser por obras porque estas carecem da qualidade, quantidade ou tempo necessários, e tampouco podem ser aceitas em nenhum caso, até que floresçam de um coração renovado, para o qual a fé é o pressuposto indispensável. Não pode ser por amor, visto que este só pode existir em um coração onde o Espírito foi derramado (Romanos 5:5) e o pré-requisito indispensável para que assim suceda é a fé. Isto não significa que a coroa do cristianismo não seja o amor, porque o é (1 Coríntios 13:13); apenas quer dizer que sua raiz é a fé. Tampouco se pode incluir o amor como uma condição parcial da justificação por força da palavra muitas vezes citada para esse propósito, 'a fé que atua pelo amor' (Gálatas 5:6). O apóstolo está falando aqui só daqueles que já estão 'em Cristo' e o diz contra alguns crentes gálatas que traíam várias observâncias legais. O único aval —não é a circuncisão nem a incircuncisão—, é a fé com a força do amor".

Também se elimina o batismo

Não só se tiram as boas obras e o amor como condições ou meios de justificação do pecador, também se elimina o batismo. Segundo Paulo, o ofício do batismo não é justificar, mas limpar, isto é, simbolicamente anunciar esta lavagem de pecado e a entrada a uma nova vida...

IMPUTAÇÃO

(Extratos da *Enciclopédia Padrão Internacional da Bíblia*)

"A palavra 'imputação', de acordo ao seu uso escritural, denota atribuir algo a uma pessoa, encarregar algo a alguém ou por algo em sua conta .

"Não importa, quanto ao significado da imputação, quem é o que imputa, seja um homem (1Samuel 22:15) ou Deus (Salmos 32:2); não importa o que é que se imputa, seja uma boa obra para recompensa (Salmo 106:30) ou uma má ação para castigar (Levítico 17:4), nem se aquilo que é imputado é algo próprio antes da imputação, como no caso citado, em que se imputa a Finéias (Salmo 106:30) sua boa obra; ou algo que não seja próprio antes da imputação, como quando Paulo pede que uma dívida que não era sua, seja creditado a ele (Filipenses 1:18).

"Em todos estes casos, o ato da imputação é simplesmente creditar algo a alguém. Significa só o que queremos dizer no uso ordinário do termo. Não muda o estado ou caráter interno da pessoa a quem algo é imputado. Quando dizemos, por exemplo, que imputamos maus motivos a alguém, não dizemos que fazemos mal a essa pessoa: da mesma forma nas Escrituras, a frase: 'imputar iniqüidade' não significa fazer a alguém pessoalmente mau, mas simplesmente assinalar a iniqüidade de alguém. Por esta razão, quando se diz que Deus 'imputa pecado' a alguém, significa que Deus conta essa pessoa como pecadora e, por conseqüência, culpável e sujeita a castigo. Igualmente, a não imputação de pecado significa simplesmente não por em sua conta o pecado, como base de castigo (Salmo 32:2). Da mesma maneira, quando se diz que Deus 'imputa justiça' a uma pessoa, o significado é que Ele judicialmente conta tal pessoa como justa e merecedora de todas as recompensas dignas do justo (Romanos 4:6-11)".

Apêndice B

Buchanan sobre a justificação e os Pais da Igreja [cxi]

Introdução por Roger Smalling

Uma objeção católica romana bastante comum a *sola fide* é aquela de que os Pais da Igreja Primitiva, até o século V não sabiam nada acerca de uma justificação do tipo forense. Além do mais, citam extensamente Agostinho e outros, destacando o uso do vocábulo "méritos".

Buchanan demonstra a falácia dessas declarações destacando como os Pais da Igreja usavam o termo méritos, dando-lhe um sentido totalmente diferente do que lhe dá a Igreja Católica atual. Originalmente o significado era de "beneficio recebido", quer dizer, não merecido.

Além do mais, Buchanan cita os Pais da Igreja, demonstrando que eles só entenderam a salvação somente pela graça, sem méritos, ainda que hajam usado o termo "forense" ou "legal".

A seguir, vários extratos do ensaio introdutório de Buchanan, com suas citações respectivas. Editei algumas partes porque o estilo literário do século XVIII faz difícil a leitura e quase impossível a tradução. Tirei cláusulas desnecessárias.

A doutrina da justificação: Um esquema de sua história na Igreja e sua exposição nas Escrituras (1867)

James Buchanan (1804-1870)

História da doutrina (da justificação) *nos tempos dos Pais*

Agostinho, como o grande doutor da graça, tem sido indicado (pelos católicos) como defensor da justificação moral e opositor da justificação forense.

Por essa razão, sua autoridade constitui, supostamente, prova concludente da novidade da doutrina protestante. E, na verdade, resultaria estranho que, o que tanto fizera para estabelecer a doutrina da graça gratuita, pudesse subtrair-lhe importância à mesma, quanto ao assunto de nossa justificação.

No entanto, antes que tiremos uma conclusão tão improvável, devemos considerar com muito cuidado a controvérsia na qual se encontrou imerso desde então. Era materialmente diferente da subseqüente controvérsia entre Roma e a Reforma.

Os pelagianos, com os quais teve que rebater, admitiam a doutrina da graça na remição gratuita dos pecados, porém negavam a necessidade da graça eficaz para a conversão do pecador. Portanto, sua heresia, não criava diretamente a pergunta da justificação do pecador aos olhos de Deus. Eles criam que havia perdão em Deus; porém, que também o homem é capaz de arrepender-se e voltar-se para Deus.

Agostinho defendia a doutrina da graça e, ao fazê-lo, estabeleceu certos princípios básicos suficientes para frustrar a tendência de um esquema de justiça própria quanto à justificação. Estes dois princípios fundamentais são ensinados de maneira muito clara por Agostinho:

Primeiro, as obras realizadas antes de crer (fé) não são boas (*splendida peccata*).

Segundo, as obras realizadas depois de ter crido (fé), ainda que sejam boas, são tão imperfeitas em si mesmas que necessitam ser aspergidas com o sangue de Cristo.

Estes dois princípios, ao combinar-se com seu dogma mais geral da graça gratuita, constituem a essência da doutrina protestante. Ele afirma que a graça gratuita dada por Deus, em oposição ao livre arbítrio do homem, é a fonte de toda salvação. Agostinho atribui a salvação esta graça gratuita e imerecida. Ao estabelecer essa verdade fundamental, pois bases sólidas para a doutrina mais específica da livre justificação pela graça.

Desta forma, e até este ponto, Agostinho deixava preparado o terreno para Lutero e Calvino, excluindo os méritos humanos e exaltando a graça divina. Tratou de alegar que, não só Agostinho não sabia nada de uma justificação forense —pela fé—, senão que haveria ensinado uma doutrina oposta, a da justificação moral, por graça própria ou infundida.

Estas alegações se baseiam em dois pontos: primeiro, o uso que deram ao termo méritos quando se referia às boas obras; e, segundo, o sentido em que usava o termo justificação, ao tratar sobre o beneficio outorgado pelo evangelho.

Quanto ao primeiro ponto, foi provado conclusivamente pelos maiores escritores em sua controvérsia com a Igreja Romana que Agostinho, juntamente com os Pais Latinos, usava o termo méritos, não para denotar nada legal nem moral, senão para dar o significado de bênçãos.

Foi em um período mais tarde em que se estabeleceu a doutrina dos méritos. Quer dizer que o uso que os Pais davam ao termo, era só referente ao beneficio que se obtinha. No sentido geral, se falava que poderíamos ganhar Cristo, o Espírito Santo ou a vida eterna; não que merecíamos nenhum destes dons inestimáveis em preço, nem que podiam ser nossos por justiça.

"Neste sentido, o verbo ocorre mesmo na Confissão Protestante de Augsburgo; porém agora, quando o significado do termo foi inteiramente mudado, não é seguro falar de méritos, de nenhuma forma".

TESTEMUNHOS ADICIONAIS (Dos Pais da Igreja Primitiva)

(Job. lib.9. c.14.) Gregório: *Cresço não por méritos, senão pelo perdão e graça (Job. Lib. 9 c. 14).*

Agostinho: [b. 354] Qualquer promessa feita por Deus, foi feita a quem não eram merecedores, pois não foi feita como recompensa às obras, senão pela graça dada livremente (Praf. Em Sal. 109).

Bernardo de Clairvaux: [c.1090] "Perigosa é a vida daqueles que confiam em seus méritos, pois lhes leva a sua ruína" (Sal. Qui. Habitat. Serm. 1.).

Bernardo de Clairvaux: "Deixemos que outros busquem o mérito, nós estudemos como encontrar a graça: Maria não pretende mérito senão que busca a graça" (Serm. nat. Mar.).

GLOSSÁRIO

As seguintes definições as tomei de três fontes: *El Diccionario Merriam-Webster*, a *Enciclopédia Britânica;* e uso os meus próprio termos que dei neste manual. Quando a definição provém do Merriam-Webster se marca com uma MW, se provém da *Enciclopédia Britânica* se abrevia EB e as frases sem marca alguma são de minha autoria.

assensus. Palavra latina que se refere à capacidade de raciocínio humano (1). De acordo com a teologia reformada é um dos elementos constituintes da fé.

Calvino, João. Reformador francês, século XVI, que emigrou para Suíça. Calvino influenciou a muitos com seus escritos incisivos, em especial *As Institutas da Religião Cristã.*

catálise. Agente que provoca ou acelera uma grande mudança (MW). No Capítulo 6, se usa esta palavra para descrever como a razão combinada com a promessa divina pode ser o elemento que ajuda a produzir fé.

causa eficiente. Agente que realiza a ação. Em debates sobre a justificação, é o que referente à pergunta, "Quem ou que, em realidade, completa o ato da justificação?"

causa instrumental. Meio pelo qual o agente cumpre uma obra. Exemplo: O martelo é o meio que serve ao carpinteiro para pregar o prego. O carpinteiro é a causa eficiente. O martelo é a causa instrumental. Em teologia, a causa instrumental trata acerca da pergunta de que ou quem produz a transferência de justiça ou perdão a uma pessoa.

Bode expiatório. O que leva a culpa dos demais (MW). O termo surge do costume veterotestamentário de colocar em forma simbólica os pecados do povo sobre um bode e enviar-lhe ao deserto.

Concílio de Trento. Assembléia de bispos católicos, celebrada em Trento, Itália, no ano de 1535, em resposta à Reforma protestante (EB).

condenação. Em teologia, se refere usualmente ao juízo final, no qual o pecador é enviado para o inferno.

comutação. Substituição de uma forma de pagamento por outro (MW). Em teologia, comutação significa a imputação de nossos pecados a Cristo e a imputação da justiça de Cristo a nós.

essência. Em teologia se refere à substância espiritual. Os teólogos usam esta palavra precisamente para evitar o termo substância, porque o podem mal interpretar pensando que se refere a algo material.

evangélico. O que tem a ver com o evangelho. Normalmente se refere a protestantes conservadores.

fiducia. Palavra latina para "confiança". Os evangélicos a consideram elemento indispensável da fé que justifica. É rejeitada pelos católicos como desnecessária para a justificação.

Fórmula da Concórdia. Coleção de normas doutrinárias das igrejas luteranas, publicada em Alemanha, 1580 (EB).

imputação. Creditar a uma pessoa ou causa (MW). Em termos teológicos, se refere por crédito na conta de uma pessoa, os valores que pertencem a outro.

inerente. Caráter próprio e essencial de algo (MW). Nos escritos teológicos, geralmente se refere às características morais internas como parte integral do indivíduo.

justiça. De acordo com a lei divina ou moral (MW).

lei de Deus. Geralmente se refere à lei de Moisés no Pentateuco. Neste manual, dou principalmente o uso de lei moral: os Dez Mandamentos.

lei. Nos escritos teológicos, geralmente se refere às leis de Deus tal como se expressam no Pentateuco.

místico. Que tem significado espiritual ou realidade que não é percebida pelos sentidos nem óbvia para a inteligência; que tem natureza de comunhão subjetiva e direta do indivíduo com Deus ou a Realidade Fundamental (MW).

noticia. Palavra latina para "conhecimento" ou "informação". Em teologia se refere ao elemento vital da fé.

obediência ativa. O termo se refere à vida que Cristo levou em sua qualidade de humano, sob a lei, para nosso bem, com o fim de cumprir o requisito de perfeita obediência à lei.

obediência passiva. A submissão de Cristo, como nosso substituto ao receber a pena de morte prescrita pela lei de Deus.

objetivo. Que expressa ou trata de feitos ou condições captadas sem distorção causada pelos sentimentos, prejulgamento ou interpretações pessoais (MW).

obras-justiça. Segundo os protestantes, é a noção antibíblica de que a pessoa pode obter aceitação de Deus, ao aderir-se pessoalmente à lei divina, em oposição à fé em Cristo.

ordo salutis. Ordem dos eventos na salvação. Na teologia reformada, geralmente se refere à pergunta, se a regeneração precede a fé.

Osiander, André. Herege francês (1498-1552) que causou conflito à Igreja Luterana com uma doutrina acerca da justificação.

Owen, John. Prolífero escritor puritano inglês (1616-1683) conhecido por sua defesa às doutrinas da graça.

Pacto de Abraão. Nome da aliança entre Deus e Abraão para abençoar as nações através de seu descendente (Cristo). No Novo Testamento, especialmente em Gálatas, este pacto se descreve como pertencente a todos os cristãos, através da fé em Cristo.

pecado mortal. Na teologia católica, qualquer pecado sério que causa perda da justificação. Estes incluem, mas não se limitam a: adultério, assassinato e roubo.

penitência. Ato de autodegradação, mortificação ou devoção realizada para mostrar dor por ou arrependimento de pecado (MW).

puritano. Membro do grupo protestante da Inglaterra e Nova Inglaterra, nos séculos XVI e XVII, que opôs ao culto cerimonial e ao governo da Igreja Anglicana, por considerá-los antibíblicos.

razão. O poder de compreender, inferir ou pensar, especialmente em formas da ordem racional (MW).

Reforma. Movimento religioso do século XVI, marcado principalmente por seu rechaço ou procura de mudança em algumas doutrinas católicas romana e por sua prática e estabelecimento de igrejas protestantes (MW).

reformadores. Participantes do movimento da Reforma religiosa no século XVI, que condenou e modificou algumas doutrinas e práticas da Igreja Católica Romana.

santificação. Estado de crescimento na graça divina como resultado do compromisso cristão, depois do batismo ou conversão.

Socianismo. Movimento fundado por Fausto Socius da Itália (1539-1604), o qual declarava que a fé em si é a justiça.

sola fide. Latinismo para *somente a fé*. Se usa para descrever a perspectiva protestante sobre a justificação pela fé.

Sproul, R.C. Destacado autor contemporâneo cujos livros representam uma defesa da fé reformada com estilo moderno, sem a redundância de obras de séculos anteriores.

Stancarus. Teólogo luterano do século XVI que proclamava que o lado divino de Cristo não desempenha nenhum papel, em absoluto, na redenção.

subjetivo. Próprio ou característico da realidade percebida, em estado dependente da mente (MW). O oposto de objetivo.

Turretin, Francis. Monge italiano do século XVII, convertido ao protestantismo, que fugiu de Gênova para escapar da perseguição e logo chegou a ser presidente da Academia de Gênova, fundada por João Calvino, no século anterior.

vindicar. Libertar de alegação por escrito ou culpa; dar justificação ou defesa (MW).

vivencial. O que se experimenta e se sente, em oposição ao legal e teórico.

BIBLIOGRAFIA

Armstrong, Dave. *A Biblical Defense Of Catholicism.* Sophia Institute Press: Manchester, NH, 2003.

Este escritor afirma que o catolicismo se baseia nas Escrituras. É um autor agressivo e muito seguro. A obra tem valor como documento sobre a maneira em que o catolicismo maltrata a Escritura para justificar certas doutrinas. Nesta obra encontrei as distorções mais sutis, as quais podem confundir a quem não esteja familiarizado ou treinado em hermenêutica correta e bem fundamentada. 320 páginas.

Berkhof, Louis. *Sumario de Doctrina Cristiana*. Libros Desafío: Grand Rapids, MI, 1986.

Um notável teólogo norte-americano da Igreja Cristã Reformada. Escreveu este esboço como introdução ao estudo da teologia bíblica. Sua análise da justificação, vista pelos respectivos grupos, é clara e sucinta. 240 páginas.

Berkhof, Louis. *Teología Sistemática.* Libros Desafío: Grand Rapids, MI, 2002.

Berkhof tem um talento especial para dizer as coisas de forma concisa. Trata de maneira clara e sucinta a respeito da justificação, refutando tanto o catolicismo como o arminianismo. É de grande valor para preparar planos de lições ou aulas sobre este tema. 935 páginas.

Brown, Driver, Briggs. *Hebrew and English Lexicon of the Old Testament* (abridged), 1907. Oxford: Clarendon Press/Electronic Text by Accordance OakTree software: Temecula, CA, 1999.

O Léxico do Hebraico do Antigo Testamento, definitivamente, ainda que a versão eletrônica é abreviada, é mais que suficiente, exceto para os acadêmicos mais detalhistas.

Britannica Encyclopedia. Britannica Software Version 2002.1.0: New York, NY, 2000.

A versão eletrônica abreviada permite revisões breves, mas não estudos profundos. Boa para dados históricos.

Buchanan, James**.** *A History of Justification in the Times of the Fathers:* Online article: http://members.aol.com/Graceordained/jbjf.html

Este autor reformado (1804-1870) escreveu *A Doutrina da Justificação*, em 1867. O artigo da Web é parte de sua defesa contra a afirmação de Roma de que os Pais da Igreja Primitiva, em especial Agostinho, não sabiam nada da justificação forense. 9 páginas.

Calvino, Juan. *Institución de la Religión Cristiana, Volume II.* Editorial de la Literatura Reformada: Barcelona, España, 1999.

A obra clássica por excelência do período da Reforma. O trato que dá às doutrinas de Osiander e Stancarus é soberbo. 1292 páginas.

Catecismo da Igreja Católica. Versão Internet Espanhol, 1999. http://www.scborromeo.org/ccc.htm

Esta versão da internet tem a melhor ferramenta de pesquisa para o catecismo. É rápido e funciona com o critério de pesquisa booleen.

Catecismo da Igreja Católica. Doubleday Publishers: Mechanicsburg, PA, 2003.

O documento autorizado da doutrina católica romana. É um recurso principal que os autores católicos citam ao explicar seus pontos de vista. 880 páginas.

Catholic Encyclopedia. Online Edition by K. Knight, 2003. http://www.newadvent.org

Este Site é completo. Contém tudo acerca da Igreja Católica e suas perspectivas. Representa 15 volumes de enciclopédia. Ainda que alguns de seus escritos teológicos são bastante tediosos, inclusive com várias partes em latim sem tradução. Número de páginas indeterminado. 15 volumes.

Confesión de fe de Westminster. Publicadores El Faro: Ciudad de México, México, 2002.

Esta publicação contém a versão em inglês original paralela ao inglês atual. Útil para grupos de estudo na introdução da confissão para laicos. 65 páginas.

Council of Trent. Hanover Historical Texts Project: Hanover, IN, 1995.

http://history.hanover.edu/early/trent.htm

Este concílio foi realizado pela Igreja Católica Romana em 1545 em Trento, Itália, como resposta à Reforma protestante. Às vezes o denomina de Concílio Contra-reforma. A versão online é fácil de navegar porque os títulos das seções têm links, com modo de retorno em cada seção. O modo de pesquisa é padronizado, não tem booleen, mas é adequado. Aproximadamente 60 páginas.

Creeds, Confessions and Catechisms: Accordance Oaktree Bible software: Temecula, CA, 1999.

Contém 13 das confissões mais comuns em formato eletrônico. Critério booleen de pesquisa para examiná-las juntas.

Elwell, Walter. *Diccionario Evangélico de Teología Bíblica.* Editores Betania: Grand Rapids, MI, 2003.

Contém 1,250 artigos sobre temas teológicos, incluindo biografias de teólogos influentes. 992 páginas.

Easton's Bible Dictionary. Accordance Oaktree Software, Version 2.1: Temecula, CA, 1999.

Um clássico entre os dicionários da Bíblia. Modo de pesquisa simples.

Formula of Concord. FrontierNet.com: 2004.
http://www.frontiernet.net/~wndlnd/epitome.html#e8.

Declaração de fé da Igreja Luterana Alemã, 1577. A versão internet contém o índice com links para pesquisa rápida. Aproximadamente 100 páginas.

Gingrich, Wilbur. *A Shorter Lexicon of the Greek New Testament.* University of Chicago Press: Chicago, IL, 1965.

Um léxico pequeno que dá os principais significados das palavras. Bom para pesquisas rápidas. 241 páginas

Greek-English Dictionary of the New Testament. United Bible Societies Publishers: London, England, 1971.

Este dicionário se encontra anexo ao Novo Testamento em grego UBS. Notavelmente completo em consideração ao seu tamanho pequeno. 203 páginas.

Greek New Testament & Lexicon. United Bible Societies*:* London, England, 1995.

O tipo de letra deste léxico é a mais legível do mercado. O subtexto é manejável para quem se interessa em crítica de manuscritos. 918 páginas do Novo Testamento.

Greek *New Testament According to the Majority Text.* Thomas Nelson Publishers: Nashville, TN, 1985.

Para quem prefere a versão ocidental de manuscritos, este está bem impresso, ainda que o tipo de letra não é tão atrativo como o da versão das Sociedades Bíblicas Unidas. Os subtextos estão bem apresentados também. 810 páginas.

Hendricksen, William. *Comentario del Nuevo Testamento: Romanos.* Libros Desafío: Grand Rapids, MI, 2002.

Este autor reformado foi um dos melhores do século XX. Sua análise de Romanos não contém explicações densas nem obscuras, típicas noutros autores que tratam temas controversos. Sua lógica é incisiva e precisa. 533 páginas.

Hendricksen, William. *Comentario del Nuevo Testamento: Santiago.* Libros Desafío: Grand Rapids, MI, 2002.

Este autor reformado foi um dos melhores do século XX. Sua análise de Romanos não contém explicações densas nem obscuras, típicas noutros autores que tratam temas controversos. Sua lógica é incisiva e precisa.198 páginas.

Henry, Mateo. *Comentario de la Biblia en un solo tomo.* Editorial Unilit: Miami, FL, 1999.

Este comentarista inglês terminou sua obra de cinco volumes em 1721. Sua metodologia é mais pastoral que acadêmica. No entanto, seu comentário de textos relacionados à justificação é claro e adequadamente delineado. 1923 páginas.

Hodge, Carlos. *Teología Sistemática.* Publicadores Clie: Barcelona, España. 2003.

Um dos maiores teólogos presbiterianos do século XIX. Esta obra de 2 volumes é tanto exaustiva como desgastante. Trata de cada ramificação teológica conhecida até sua época. Está escrita no estilo desse século, o que faz sua leitura bastante tediosa. 880 páginas.

International Standard Bible Encyclopedia, *Vol.6*. Ages Christian Library, Macintosh Version 2.0: New York, NY, 1999.

Esta coleção de dez volumes é uma das enciclopédias bíblicas mais acadêmicas e completas disponíveis. O modo de pesquisa é de fácil uso, por causa do seu formato lógico e seqüencial.

Kistemaker, Simon. *Comentario del Nuevo Testamento, Santiago y Epístolas de Juan.* Libros Desafío: Grand Rapids, MI, 2003.

Este erudito do Covenant College de Tennessee se dedicou a completar os comentários iniciados pelo falecido William Hendricksen. Seu estilo é também claro e sem a arrogância de alguns comentaristas. Preocupa-se em pôr certas técnicas da gramática do grego, separadas do texto principal para evitar o enfado. A seção de Tiago 2 é adequada, mas não sobressai. 197 páginas.

Latin Minidictionary. Oxford Press: Oxford, England, 1985.

Pequeno dicionário para referência rápida, não para estudos profundos. 660 páginas.

Louw & Nida. *Greek-English Lexicon: Semantic Domains.* Oaktree Software: Temecula, CA, 1999.

O melhor software de léxico grego que encontrei, é parte do software da *Concordância Bíblica de Oaktree*. Muito tedioso por seu nível acadêmico.

Novum Testamentum Graece et Latine. Deutsche Bibelgesellschaft: Druck, Germany, 1997.

Vem em duas colunas: em uma o grego e em outra a Vulgata, facilitando a comparação dos respectivos idiomas. Muito útil para ver como os católicos empregam mal as palavras do Novo Testamento. 810 páginas.

Owen, John. *Justification by Faith.* Ages Christian Library, Software Version

6: Albany, OR, 1997.

Owen foi um acadêmico puritano notável (1616-1683). Neste enorme tratado deixa quase tudo dito acerca da justificação. Refuta cada argumento possível contra a doutrina reformada da justificação. A versão em software é valiosa para pesquisa rápida de termos específicos. 557 páginas.

Ramsay, Richard. *Católicos y Protestantes: ¿Cuál es la diferencia?* Unilit: Miami, FL, 2002.

Esta obra do doutor Ramsay, da Universidade FLET e Logoi, é menos polêmica que a maioria das obras escritas por protestantes acerca do catolicismo. Tem a finalidade de influenciar o leitor católico. 251 páginas.

Rienecker, Fritz. *Linguistic Key to Greek New Testament.* Zondervan Publishing: Grand Rapids, MI, 1980.

Analisa verbos-chaves do grego do Novo Testamento e comenta acerca do uso deles dentro do contexto. Útil para exegese de passagens complexas como Romanos 3. 864 páginas.

Septuagint. Editor Sir C.L. Brenton. Hendrickson Publishers: London, England, 1999.

Evidentemente a tradução não tem sido atualizada desde 1851, o que explica o tom arcaico do inglês. A letra é pequena, devido o grande volume do livro. 1130 páginas.

Shaw, Robert. *Exposition of the Westminster Confesión of Faith.* Accordance Bible Software, Version 4.1. Oaktree Software, Inc: Temecula, CA, 1999.

O comentário de Shaw sobre a Confissão de fé de Westminster foi terminado em maio de 1845. O estilo redundante do século XIX faz que esta obra soe pedante. Algumas porções são eloqüentes e bem delineadas. A versão software tem todas as referências bíblicas como links, o que facilita seu exame. O modo de pesquisa facilita também encontrar os tópicos, sem referências ao índice. Aproximadamente 200 páginas.

Smalling, Roger. *Unlocking Grace.* Deovolente Publishers: Los Alamos, NM, 2002

Este livro é a tradução de *Sí, Jesús*, publicado em 1994 em espanhol. É uma introdução às doutrinas importantes da Reforma, em estilo não polêmico. 180 páginas.

Sproul, R.C. *Faith Alone.* Baker House Publishers: Grand Rapids, MI, 2002.

Em minha opinião, este é o melhor livro, no mercado de hoje, sobre justificação. Com seu estilo inimitável, Sproul revive uma antiga doutrina. Sua documentação é excelente. 219 páginas.

Sproul, R.C. *Justified by Faith Alone.* Crossway Books: Wheaton, IL, 1999.

Um folheto que resume sua obra maior, com explicações acerca da diferença entre as perspectivas católicas e reformadas sobre a justificação. Um bom início. 48 páginas.

Thayer, Henry. *Greek-English Lexicon*. Archa Publishers: Lafayette, IN, 1979.

O léxico mais completo e acadêmico que já encontrei. A letra é pequena. Se requer conhecimento do Novo Testamento em grego. 722 páginas.

Turretin, Francis. *Justification.* P&R Publishing: Philipsburg, NJ, 1994.
115 páginas.

Este acadêmico italiano do século XVII, eventualmente foi nomeado presidente da Academia de Gênova, fundada por João Calvino no século XVI. Era conhecido por seu intelecto penetrante e por seus comentários exatos que cortam qualquer erro teológico. Este livro é uma seleção de sua obra maior, *Institutos de la Teología Enclítica.*

Wenham, John. *The Elements of New Testament Greek*. Cambridge University Press: London, England, 1982.

Em minha opinião é o melhor Novo Testamento em grego para iniciar o estudo desse idioma. Eu iniciei meus estudos de grego utilizando esta obra, em meados da década de setenta. 268 páginas.

Wilson's Old Testament Word Studies. Hendrickson's Publishers: Peabody, MA, 1999.

A ferramenta de referência do Antigo Testamento hebraico mais usada que existe. É ideal para pessoa com algum conhecimento do hebraico, sem ser perito no assunto. Ao procurar a palavra e as variantes no

hebraico aparecem em lista com as referências bíblicas e comentários do autor. 564 páginas.

NOTAS FINAIS

[i]. Na realidade Lutero não disse estas palavras. Em seu comentário do Salmo 130 afirmou: "Permanecendo este artigo, permanece a Igreja; caindo este artigo, cai a igreja". Este enunciado é demasiado extremista, porque a Igreja pode cair em outras maneiras de erros que não seja a justificação. Mas resume suas perspectivas sobre a importância da justificação. A obra na qual Lutero disse essa frase, nunca foi traduzida do alemão. Para quem tenha interesse, se trata de: Luther, Martin. *Luther Werke, Weimar Ausgabe*. Herman Boehlau: Weimar, Alemanha, 1930, Vol. 40, p. 130.

[ii]. Sproul, R.C. *Sola fe,* p. 16.

[iii]. Elwell, Walter. *Diccionario Evangélico de Teología Bíblica.* Editores Betania: Grand Rapids, MI, 2003, p. 594.

[iv]. A *Septuaginta*, comumente abreviada como LXX, é a tradução para o grego das Escrituras hebraicas correspondentes ao Antigo Testamento. Os apóstolos a citavam quando explicavam textos do Antigo Testamento. De agora em diante, neste manual se usará LXX como a abreviação padrão.

[v]. Louw & Nida. *Greek-English Lexicon: Semantic Domains.* Oakware Software: Temecula, CA, 1999. Search Mode "just."

[vi]. Thayer, Henry. *Greek-English Lexicon*. Archa Publishers: Lafayette, IN, p. 150.

[vii]. Gingrich, Wilbur. *A Shorter Lexicon of the Greek New Testament.* University of Chicago Press: Chicago, IL, 1965, p. 53.

[viii]. *United Bible Societies' Greek-English Dictionary.* United Bible Societies: London, England, 1971, p. 46.

[ix]. Elwell. *Op. Cit.,* p. 593.

[x]. *Institutos de Calvino.* Libro 3. Cap. 11.

[xi]. Tal como *eisago*, "trazer" ou "pôr em." Ou, *diikneomai*, "penetrar."

[xii]. *Wilson's Old Testament Word Studies.* Hendrickson's Publishers: Peabody, MA, 1999. p. 256.

[xiii]. No meu livro *Só, Jesus*, utilizei o exemplo de um caminhão-betoneira, que carrega concreto (betão) e o descarrega num canterio de obras para construir alicerces ou fundamentos. Neste exemplo, o concreto ilustra a justiça de Cristo; e o caminhão, que trasnporta, o meio. Nisto tento demostrar a diferença entre a justificação como um ato, versus a santificação como um processo.

Um irmão me escreveu dizendo que este exemplo pode confundir alguém que o tome como que se infunde algo à alma do crente. Posso ver a possibilidade de que se entenda assim, porém não era essa a intenção do exemplo. O propósito da ilustração era distinguir entre uma ação final versus o processo completo, não entre a imputação versus infusão.

xiv. *United Bible Societies Greek New Testament & Lexicon. Op. Cit.,* p. 108.

xv. Louw and Nida: Search mode, *logizomai.*

xvi. *Thayer. Op. Cit.,* p. 379.

xvii. Elwell, *Op. Cit.,* p. 554.

xviii. Hodge, *Teología Sistemática.* Tomo 3, p. 145.

xix. Ibid, p. 179.

xx. Ibid.

xxi. Owen, John. *The Doctrine of Justification.* Ages Christian Library Software: Albany, OR, 1999, p. 70.

xxii. Ibid, p. 315.

xxiii. *Encyclopedia Britannica.* Software Versión 2002.1.0: New York, New York, 2000. Search mode *Osiander*.

xxiv. *Formula of Concord.* FrontierNet.com: 2004. http://www.frontiernet.net/~wndlnd/epitome.html#e8

xxv. Um excelente artigo na Internet sobre este assunto, escrito por um Luterano é: *El Luterano de la Concordia: Controversia Oslander.* http://www.concordialutheranconf.com/CLO_articleDTM_may1996.html

xxvi. *Institutos,* Libro III. Cap. VIII. Art. 8.

xxvii. Henry, Matthew *Comentario de la Biblia.* Editorial Unilit: Miami, FL, 1999, Tomo 5, pp. 28-29.

xxviii. *Institutos,* Libro III. Cap. XI, Art.12.

xxix. Berkhof, *Teología Sistemática,* p. 515.

xxx. Calvino, *Institutos,* Libro III, Cap. XI.

xxxi. Hodge, *Teología Sistemática.* Tomo 3, p. 182, *Stancarus*.

xxxii. O artigo III da Fórmula da Concórdia o põe assim: *Mesmo tendo sido Cristo concebido e nascido sem pecado, mesmo tendo cumprido toda justiça em sua natureza humana, se não fosse Deus verdadeiro e eterno, esta obediência e sofrimento de sua natureza humana não nos poderia ser imputada por justiça. Nossa justiça não se fundamenta numa das naturezas de Cristo, senão na Pessoa completa de Cristo, que como Deus e homem é nossa justiça (935, 55s).*

Um bom comentário desta citação se pode ver em: http://www.wls.wels.net/library/Essays/Authors/k/KoschnitzkeConcord/KoschnitzkeConcord.htm

xxxiii. O *Diccionario Evangélico* desenvolve este ponto na página 953.

xxxiv. Explano mais sobre este ponto em meu ensaio *Fé racionável*, o qual se encontra na minha página Web: http://www.geocities.com/joyfullyserving/Ensayos/FeRazonable.html

Na televisão, vemos contantemente mencionar a palavra fé em sentidos e termos totalmente ambíguos e místicos.

xxxv. *Britannica Encyclopedia.* Standard Edition CD-Rom, Version 2002. Modo de pesquisa *Socius*.

xxxvi. Berkhof, *Op. Cit.,* p. 515.

xxxvii. Esta ilustração foi tomada do livro de Sproul, *Faith Alone.* pp. 74-75.

xxxviii. *Institutos,* Libro III. Cap. IVX. Art. 17.

xxxix. Ages Library Software, pp. 9,167-169.

xl. Turretin, Francis, *justificación.* Presbyterian and Reformed Publications: Philipsburg, NJ, 1994.

Francis Turretin foi um monge italiano convertido, que fugiu de Gênova escapando da perseguição e subseqüentemente chegou a ser presidente da Academia de Gênova fundada por Calvino um século antes. Turretin refuta, de maneira brilhante, a noção de que a fé possue mérito em si mesma.

xli. Um catecismo produzido pela Igreja Cristã Reformada em 1563. *Creeds, Confessions and Catechisms:* Accordance Oaktree Bible software: Temecula, CA, 1999.

xlii. Turretin, Francis. *Justification.* Presbyterian and Reformed Publications: Philipsburg, NJ, 1994, p. 79.

xliii. Ibid, p. 75.

xliv. Ibid, p. 76.

xlv. Hodge, *Op. Cit.,* III:169.

xlvi. Wenham, John. *The Elements of New Testament Greek.* Cambridge University Press: Cambridge, England, 1982. pp. 69-70.

xlvii. Uma pesquisa pelo software de Accordance confirma isto.

xlviii. Owen, *Justification,* pp. 167-169.

xlix. Turretin, *Op. Cit.,* pp. 73, 78.

l. Berkhof, *Op. Cit.,* p.522.

li. Calvino, *Institutos.* Libro III. Cap. XI, Art. 17.

[lii]. Turretin, *Op. Cit.,* pp. 77, 83.

[liii]. Para um estudo mais aprofundado deste ponto, veja os seguintes versículos: Efésios 4:13; Tito 1:1-2*;* 2 Pedro 1:2; 3:18.

[liv]. Elwell, *Op. Cit.,* p. 594.

[lv]. *Hendricksen, Epístola de Tiago,* pp. 87-88.

[lvi]. *Institutos,* Libro II, Cap. 115, Art. 12.

[lvii]. Hendricksen, *Comentarios del Nuevo Testamento*, *Epístola de Santiago,* pp. 87-88.

[lviii]. Berkhof, *Op. Cit.,* p. 516.

[lix]. "Semântica" significa: *a evolução do sentido das palavras através do tempo e do espaço; e a relação e o significado das palavras na linguagem.* Outras vezes a semântica é usada em ensaios filosóficos. A primeira vez que ouvi esta palavra, no sentido teológico, foi num texto de Francis Schaeffer em L'Abri de 1968, ao descrever a teologia liberal. O uso dos termos poderá encontrar na internet.

[lx]. Veja, *O Catecismo Católico: justificação*, para uma explicação extensa de justificação, que documenta toda esta seção.
http://www.newadvent.org/cathen/08573a.htm

[lxi]. *Catecismo Católico*, Código Nº 1446.

[lxii]. *Catecismo Católico*, Código Nº 2010: *Como a iniciativa pertence a Deus, na ordem da graça, ninguém pode merecer a graça inicial do perdão e a justificação, no momento da sua conversão. Movidos pelo Espírito Santo e a Santa Caridade, podemos ir ganhando para nós e para outros, as graças indispensáveis para nossa santificação, para o aumento da nossa caridade e graça e a obtenção da vida eterna.*

[lxiii]. *Catecismo Católico,* Modo de pesquisa "graça".

[lxiv]. Pecado mortal, como define a *Enciclopédia Católica,* é um pecado que merece o castigo eterno. Os pecados veniais são aqueles que merecem castigo temporal. Uma discusão completa sobre isto se pode ver em:
http://www.newadvent.org/cathen/14004b.htm#IV

[lxv]. *Enciclopédia Católica, O Sacramento de Penitência*
http://www.newadvent.org/cathen/11618c.htm

[lxvi]. *Catecismo Católico,* Código No.1394.

[lxvii]. *Catecismo Católico:* O Processo da Justificação: Art.4.
http://www.newadvent.org/cathen/08573a.htm

[lxviii]. Sobre estes assuntos, consulte os seguintes Sites:
Catecismo Católico: http://www.scborromeo.org/ccc.htm
Concílio de Trento: http://history.hanover.edu/early/trent.htm
Enciclopédia Católica: http://www.newadvent.org/cathen/

[lxix]. *Catecismo Católico,* Código Nº 2023.

[lxx]. *Catecismo Católico,* Código Nº 2020.

[lxxi]. Alguns citam muito extensamente Santo Agostinho. Isto pode ser algo que desvie, pois Agostinho se converteu quando ainda muito jovem, e viveu por muitos anos. Na velhice ele se retrata de alguns de seus textos prematuros na obra *Retratações*, a qual contém vários dos mais ricos ensinos sobre a graça soberana na literatura cristã.

[lxxii]. Uma lista de citações dos pais da Igreja Primitiva da obra de Buchanan, se pode encontrar no Site *Somente para Católicos*
www.justforcatholics.org/a84.htm

[lxxiii]. O Concílio de Trento (Seção. VI, cap. vi. E cap. xii) decreta que *não é a fé fiducia, senão um ato mental de fé que consiste numa firme crença em todas as verdades reveladas, a chamada fé para justificaç*ão. Enciclopédia Católica, Graça Santificante, Seção 1ª.
www.newadvent.org.cathen.06701a.htm

[lxxiv]. As listas são semelhantes. Ver *Enciclopédia Católica: Pecado.*
http://www.newadvent.org/cathen/14004b.htm

[lxxv]. Ao referir-se ao Concílio de Trento, a *Enciclopédia Católica* declara: *... Todos os bispos presentes no concílio* não *puderam experimentar nenhuma dificuldade séria para demostrar que a fé fiducia é uma invenção totalmente nova...* (i.e. que os protestantes inventaram a idéia).
A doutrina católica da justificação, Art.1. Párrafo 2.

[lxxvi]. *Catecismo Católico,* Código No. 403.

[lxxvii]. Veja Apêndice A.

[lxxviii]. *Enciclopédia Católica, Seção* Um: *Justificação: A preparação para a graça santificadora.*
http://www.newadvent.org/cathen/06701a.htm

[lxxix]. *Enciclopédia Católica:* http://www.newadvent.org/cathen

[lxxx]. *Oxford Latin Dictionary,* Oxford Press: London, England, 1985.

[lxxxi]. *Novum Testamentum Graece et Latine.* Deutsche Bibelgesellschaft: Druck, Alemannha, 1997.

[lxxxii]. *Enciclopédia Católica*, *O processo da justificação.*
http://www.newadvent.org/cathen/08573a.htm

[lxxxiii]. *Catecismo Católico*, Código No. 2019: *A justificação inclui remissão de pecados, santificação e a renovação do homem interior.*

[lxxxiv]. Armstrong, Dave. *Biblical Overview of Justification and Salvation.*
Web site: http://ic.net/~erasmus/RAZ52.htm

[lxxxv]. *Enciclopédia Católica, O Processo da Justificação.*
http://www.newadvent.org/cathen/08573a.htm

lxxxvi. Ibid.

lxxxvii. *Concilio de Trento,* Sección VI. Cap. VII.

lxxxviii. Turretin, *Op. Cit.,* p. 59.

lxxxix. Ibid, p. 4.

xc. *Catecismo Católico,* Código No. 1999.

xci. *Enciclopédia Católica, Graça.*
http://www.newadvent.org/cathen/06701a.htm

xcii. *Enciclopédia Católica, O processo da justificação.*
http://www.newadvent.org/cathen/08573a.htm

xciii. *Enciclopédia Católica, Controvérsias sobre a graça.*
http://www.newadvent.org/cathen/08573a.htm

xciv. *Catecismo Católico,* Código No. 1999.

xcv. *Enciclopédia Católica,* Modo de pesquisa "méritos."
http://www.newadvent.org/cathen/10202b.htm

xcvi. *Merriam-Webster Dictionary,* Computer Edition, New York, 2000: Search mode *salutary.*

xcvii. Tanto Calvino como Lutero falaram assim. Estes autores revelam uma dúzia de exemplos. *Ages Christian Library*, Adobe Version, 1999.

xcviii. Fr. Paul O'Sullivan, *Site católico*: http://www.Catholic-pages.com/life/suffering.asp.

xcix. *Enciclopédia Católica, A doutrina protestante da justificação.*
http://www.newadvent.org/cathen/08573a.htm

c. Hendricksen, William. *Comentario del Nuevo Testamento: Romanos.* Libros Desafío: Grand Rapids, MI, 2002. pp. 87-88.

ci Durrell, Gerald. *Bafut Beagles*, Viking Press, Londres, Inglaterra. 1981.

cii 1 Coríntios 15:56.

ciii O Novo Testamento repete estes mandamentos de várias maneiras. Animamos os interessados a aprofundarem-se neste tema.

civ Salmodia: A noção de que só os salmos devem ser cantados na adoração pública, nada de hinos nem cânticos. Teocracia: A idéia de que a lei do Antigo Testamento deveria impor-se à sociedade e que os cristãos deveriam promovê-la.

cv Esta perspectiva é sustentada pelos presbiterianos e se ensina no capítulo 21 da Confissão de Westminster. Era a posição que defendiam os puritanos ingleses que dominavam a assembléia de Westminster. Podemos chamá-lo de o ponto de vista puritano, ainda que irrite os presbiterianos.

cvi Os Adventistas do Sétimo Dia são livres para adorar no sábado à medida que não condenem os que adoram no domingo.

[cvii] Isso começou em Toronto, Canadá, em 1994 e se estendeu rapidamente para outros países. Para mais informação visite: www.orthodoxinfo.com/inquirers/toronto.aspx

[cviii] Um comentário de Greg Hauenstein, presidente de Miami International Seminary, outubro de 2004.

[cix]. *Easton's Bible Dictionary.* Accordance Oaktree Software, Version 2.1: Temecula, CA, 1999.

[cx]. *International Standard Bible Encyclopedia*, *Vol. 6*. Ages Christian Library, Macintosh Version 2.0: New York, NY, 1999, modos de pesquisa justificação e imputação.

[cxi]. Uma lista de citações dos Pais da igreja se pode ver no Site *Just For Catholics*: http://www.justforcatholics.org/a84.htm